



Anais da Assembléia

Nº 74

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 26 DE JUNHO DE 1.980.

ANO VI

2.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.^a LEGISLATURA ATA DA 72.^a SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JUNHO DE 1.980 QUINTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariado pelos Srs. Deputados Domício Scaramella e Lázaro Dumont.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Eron-dy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, Gilberto Agibert Filho, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pittelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) -- Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO -- procede a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO -- procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

OFÍCIO:

Sob os números 131, 134, 135, 136, 137, 138, 139 e 140/80, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver Sancionado os Projetos de Lei números:

154/79:

Do Senhor Deputado GILBERTO CARVALHO, que cria no Município de BARBOSA FERRAZ, o Distrito Administrativo de BOURBÔNIA, com sede e divisas que especifica.-- Anote-se. Arquite-se.

1/80:

Do Senhor Deputado DAVID FEDERMANN, que que denomina Escola Padre CARLOS ZELESNY, Ensino de Primeiro Grau, a Unidade Escolar implantada no Bairro de SABARÁ, Ponta Grossa.-- Anote-se. Arquite-se.

151/79:

Do Senhor Deputado DAVID CHERIEGATE, que declara de utilidade pública a APMI -- Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, com sede no Distrito de CAFELÂNDIA DO OESTE, Cidade de Cascavel.-- Anote-se. Arquite-se.

189/79:

Do Senhor Deputado JOSÉ DOMINGOS, que declara de utilidade pública o Centro Espírita OGUM MARINHEIRO,

com sede e foro nesta Capital.-- Anote-se. Arquite-se.
184/79:

Do Senhor Deputado LINEU TURRA, que declara de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de CORBÉLIA -- APMI, com sede e foro no Município de Corbélia.-- Anote-se. Arquite-se.

156/79:

Do Senhor Deputado RENATO BUENO, que declara de utilidade pública a Associação de Viajantes do Oeste do Paraná - AVOPAR, com sede e foro no Município de Cascavel.-- Anote-se. Arquite-se.

14/80:

Do Senhor Deputado FABIANO BRAGA CÔRTEZ, que altera divisas dos distritos Administrativos de HERCULÂNDIA, LOVAI, SANTA ELIZA, SERRA DOS DOURADOS, PEROBAL e do Distrito da sede, todos os Municípios de Umuarama.-- Anote-se. Arquite-se.

17/80:

Do Senhor Deputado ADALBERTO DAROS, que concede o título de Cidadão Honorário do Paraná a Sua Santidade o PapaJOÃO PAULO II. -- Anote-se. Arquite-se.

Sob o n.º 161/80, do Senhor ABEL DE SOUZA MORAN GUEIRA, Presidente da ACAMNORPA -- Associação de Câmaras Municipais do Noroeste Paranaense, que por ocasião do 4.^o Encontro Regional de Vereadores do Noroeste paranaense, realizado em 01 do mês e ano em curso, na Cidade de Nova Londrina, a Diretoria Executiva da Acamnorpá apresentou uma "Moção de apelo" devidamente aprovada pela unanimidade do Plenário, fosse enviada a Vossa Excelência. A citada moção solicita a Vossa Excelência a elaboração de estudos visando a possibilidade de ser computado o tempo de exercício do mandato de Vereador, para efeito de aposentadoria, e com a mesma classificação de função pública.

Justifica-se o pedido, pois o Vereador é um ardoroso defensor da causa pública, e dos interesses da coletividade, além de ser o sustentáculo do municipalismo, e o porta voz dos mais nobres e variados anseios do povo, mas, data vênica, é o primeiro a prejudicar-se pela falta de um amparo junto à Previdência Social.-- Anote-se. Arquite-se.

TELEX:

Nos seguintes termos:

"PRAZER COMUNICAR DIRETORIA CEF APROVOU PROJETOS CENTROS SOCIAIS URBANOS CASTRO ET RIBEIRÃO CLARO COM RECURSOS NÃO REEMBOLSAVEIS RESPECTIVAMENTE Cr\$ 3.522.000,00 ET CRS... 3.609.000,00.

SAUDAÇÕES

MARCOS VINICIOS VILACA DIRETOR DA CEF"

Ciente. Arquite-se.

INDICAÇÃO:

INDICAÇÃO

Sr. Presidente.

Na condição de Líder da bancada do PMDB, comunico a Vossa Excelência que os Srs. Deputados Nestor Baptista e Lineu Turra, foram os indicados para comporem a representação do PMDB, na Comissão Especial que avaliará a situação da Ilha do Mel.

Valho-me da oportunidade para renovar os meus sentimentos de estima e consideração.

ATENCIOSAMENTE.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1980.

(a) RENATO BERNARDI.

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, que com a devida aprovação do Plenário, se consigne um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. AZIZ NEJEN ocorrido no dia 24 do corrente, na Cidade de Ponta Grossa.

O extinto era pessoa de elevado conceito em nossa comunidade, sendo merecedor de alto conceito, deixando lacuna irreparável na comunidade.

REQUER, outrossim, que seja levado ao conhecimento da família enlutada no seguinte endereço: Praça Barão do Rio Branco, Edifício Princesa, 9.o andar, nesta Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1980.

(a) DAVID FEDERMANN.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do Plenário, o registro nos Anais desta Casa, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. ELIZINO TOLOMIOTTI, ocorrido no dia 24 último, na Cidade de Santa Izabel D'Oeste.

Requer, outrossim, que do presente dê-se ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1980.

(a) DENI SCHWARTZ.

JUSTIFICATIVA:

O Sr. Elizino Tolomiotti, foi funcionário do Instituto Nacional de Imigração e Colonização (hoje INCRA), na Colônia Agrícola Nacional General Osório.

Fundador de Santa Izabel D'Oeste.

Foi militante na política municipal, tendo sido Vereador e Presidente do Diretório Municipal do Movimento Democrático Brasileiro — MDB.

Cidadão Honorário daquele município, deixa o seu passamento, enlutada não só a família, mas também, toda a sociedade de Santa Izabel D'Oeste.

Endereço para correspondência:

A/C do Sr. Moacir Berté

Av. dos Pinheiros, 1682

85650 — Santa Izabel d'Oeste — Pr.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja consignado em ata, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. JORGE CANTO NASSER, ocorrido em data de 25 do corrente, na Cidade de Ponta Grossa.

O extinto era pessoa muito estimada e bem relacionada em nossa comunidade e o seu passamento causou grande consternação.

Outrossim, requer que seja levado ao conhecimento da família enlutada este voto de pesar aos cuidados da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1980.

(a) DAVID FEDERMANN.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, na forma regimental, REQUEREM a Vossa Excelência, que após manifestação do Plenário, seja enviado apelo ao Excelentíssimo Sr. General Ney Aminthas de Barros Braga, Digníssimo Governador do Estado, no sentido de que Sua Excelência determine a conclusão e respectiva pavimentação asfáltica do acesso da BR-277 - Porto Amazonas, obra que vem sendo reclamada como necessária à população daquela cidade.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1980.

(aa) LINEU TURRA e

CARLOS ZANLORENZI.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente, contendo votos de louvores ao SINDICATO DOS CONDUTORES DE VEÍCULOS RODOVIÁRIOS DO ESTADO DO PARANÁ "SITRO — PR", em nome de seu Presidente Senhor JOSÉ SILVÉRIO DOS SANTOS; pelo transcurso do JUBILEU DE PRATA de sua fundação, a realizar-se no próximo dia 29 do corrente mês, cuja cerimônia se fará realizar em sua sede, à Rua Dr. Murici, 849, 1.º andar.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1980.

(a) LÁZARO DUMONT.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

Apoiado nos principais sentimentos que unem a classe política brasileira, nos termos do Regimento Interno, REQUEIRO à Mesa, ouvido o Plenário, a consignação de um voto de aplauso à Associação de Câmaras Municipais do Paraná e aos Vereadores deste Estado, pela realização, em Curitiba, do seu Congresso, em momento de importância histórica para o País.

Da decisão, solicito seja cientificada a diretoria da ACAMPAR, na pessoa do seu Presidente, Vereador Jamil Nakad.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1980.

(a) AIRTON CORDEIRO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, REQUER a inserção em ata de um voto de congratulações à Rádio Guairacá de Mandaguari, especialmente aos Programas "Pinga-Fogo" e João Vrena, pela campanha encetada em benefício das famílias desabrigadas em consequência do vendaval que atingiu a região do Vale do Ivaí, prestando os primeiros socorros às vítimas do citado vendaval, colaborando com os Prefeitos dos municípios atingidos.

REQUER, também, que do presente seja dado conhecimento ao ilustre Diretor da prestigiosa emissora.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1980.

(a) GILBERTO CARVALHO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

Os Deputados infra-firmados, com respaldo no Regimento Interno e com apoio do Plenário, REQUEREM voto de congratulações pela passagem do Jubileu de Prata de Ordenação Sacerdotal de Dom Domingos Gabriel Wisniewski, bispo titular de Cornélio Procópio, que ocorrerá no próximo dia 29 de junho.

Dom Domingos, natural do Rio Grande do Sul, formou-se padre pela Congregação da Missão, estudando em Curitiba e posteriormente estudou em Paris. Seus trabalhos foram no setor de educação nos Seminários e em universidades.

O Jubilante, além disso exerceu ainda os cargos de Provin-

cial da Congregação da Missão e Bispo auxiliar de Curitiba, depois sendo designado para Bispo Titular de Cornélio Procopio, onde além dos trabalhos pastorais dedicou grande parte de sua atividade à administração da Diocese onde alcançou pleno sucesso.

Os signatários requerem que da deliberação desta Casa seja dado ciência ao homenageado.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1980.

(aa) ROSÁRIO PITELLI e
PALÁCIOS.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja consignado na ata da presente sessão, um voto de congratulações à Sociedade Evangélica Beneficente de Curitiba pelo transcurso do 37.º aniversário de sua fundação e inauguração de novas alas e capela do Hospital Evangélico e sala "Avelino Vieira", na Faculdade de Medicina Evangélica do Paraná.

Representando a concretização do ideal de pequeno grupo de pioneiros dedicados, as obras executadas no decorrer destes anos manifestam, além da união, o amor a Deus e ao próximo de evangélicos e simpatizantes.

Cabe lembrar, também, o magnífico desempenho das diretorias da Sociedade Evangélica Beneficente de Curitiba, especialmente a que teve sua gestão recentemente cumprida sob a brilhante liderança do Dr. Waldemar Ens, assim como das diretorias do Hospital Evangélico de Curitiba e da Faculdade Evangélica de Medicina do Paraná que conta com a experimentada e dinâmica presença do Professor Dr. Daniel Egg.

Requer, ainda, aprovado este requerimento, dê-se ciência da decisão da Casa aos nominados líderes e à atual Diretoria da Sociedade homenageada.

Sala das Sessões, em 25 de junho de 1980.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Haroldo Ferreira Dias, Digníssimo Secretário da Segurança Pública, no sentido de que seja concedido à Delegacia de Polícia de Jaguapitã, um veículo Volkswagen.

Ao apresentarmos o presente requerimento, queremos salientar que atualmente a mencionada Delegacia de Polícia conta com uma viatura Rural Ford, que além de não apresentar condições técnicas é um veículo que apresenta elevado consumo de gasolina, contrariando assim, o apelo dos órgãos federais para economia de combustível.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1980.

(a) FUAD NACLI.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja oficiado aos Excelentíssimos Senhores Ney Aminthas de Barros Braga e Renato Antônio Johnsson, Digníssimo Governador do Estado e Secretário do Interior, solicitando seja implantada rede telefônica no Distrito de Palmitópolis, Município de Nova Aurora.

A presente solicitação se faz necessária em virtude do grande desenvolvimento que se verifica no referido distrito que conta com apenas um posto telefônico, que acarreta grandes dificuldades aos seus usuários.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1980.

(a) FUAD NACLI.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas prerrogativas regimentais, vem com a devida vênia, após ouvido o douto Plenário, a elevação de 7 (sete) para 9 (nove) o número de membros da comissão especial aprovada por unanimidade e que trata de assuntos relacionados com a ILHA DO MEL

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1980.

(a) EDILSON ALENCAR.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas parlamentares, após ouvido o Plenário, REQUER, seja encaminhado expediente, onde se justifica a necessidade de implantar o serviço de "Ferry-Boat" no Município de Alvorada do Sul, neste Estado, exatamente no ponto de acesso ao Município de Iepé, no Estado de São Paulo, onde anteriormente existia uma ponte, que foi inundada pela Represa da Capivara, como solução para facilitar o tráfego e revigorar a economia rural dessa área de grande influência econômica do nosso Estado.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1980.

(a) VALDUGA.

JUSTIFICATIVA:

A região constituída pelos municípios paranaenses de Primeiro de Maio, Bela Vista do Paraíso, Sertãoópolis e Londrina e os paulistas de Iepé, Taciba, Rancharia, Presidente Prudente, Paraguaçu Paulista e Assis, formam uma das maiores micro-regiões desses Estados da Federação.

Não só pela grande área de produção agrícola, como pela fertilidade do seu solo e, ainda, pelo seu expressivo índice demográfico.

Com a Represa de Capivara, aproximadamente, 8.500 alqueires de terras foram inundados, ocasionando o êxodo de centenas de agricultores que abandonaram Alvorada do Sul em busca de outros municípios, como, por exemplo, os de Iepé e Taciba, onde arrendaram terras para continuarem com as suas produções agrícolas.

Outros fatores concorreram para que alguns municípios paranaenses, nessa região, ficassem prejudicados.

Entre eles, sem dúvida, o que causou maior prejuízo foi a desativação da antiga estrada, ocasionada pelo represamento das águas de Capivara, cobrindo a ponte que antes ligava os dois municípios: Alvorada do Sul e Iepé.

Com isso alongando as distâncias em 50 quilômetros nas suas interligações rodoviárias, proporcionando sérios transtornos de ordem econômica a toda uma imensa zona de produção.

É, portanto, imperiosa a construção de um "Ferry-Boat" que atualmente ligue o Município de Alvorada do Sul, em nosso Estado, com o Município de Iepé, no Estado de São Paulo.

As razões são muito simples.

Se levarmos em consideração a grande economia de gastos despendidos com gasolina, óleo diesel, desgastes de pneus etc., através do alongamento da distância em 100 quilômetros em ida e volta, concluímos que o "Ferry-Boat" será a solução que atenderá aos reclamos de uma imensa população prejudicada.

Ainda, de acordo com os estudos feitos por técnicos, sugerimos que o "Ferry-Boat" a ser implantado, seja movido a carvão, já que atravessamos uma crise energética no País.

Essa alternativa será altamente compensadora, pelo seu aspecto econômico e pelo seu alto sentido dentro do contexto

da nossa política energética.

Quanto à viabilidade dessa alternativa, na verdade, é inconteste.

Para que se tenha uma idéia, basta que se atente para a estatística oficial da rotatória da Warta, em Londrina, via Alvorada do Sul, passando por Bela Vista do Paraíso, que apresenta um fluxo muito grande de veículos, superior a 1.000 (mil) unidades diárias, além dos utilitários das propriedades rurais que trafegam por essas duas cidades.

Outras considerações são alguns fatos de economia no setor.

Com a implantação do "Ferry-Boat" nessa divisa do Estado, que é uma zona de influência geoeconômica, obteremos uma grande redução do frete atual, teremos um maior aproveitamento das áreas disponíveis para a agricultura e, concomitantemente um aumento da produção primária dessa região.

O encurtamento da distância, estimulará a presença de investimentos, pois, já é intenção de inúmeros produtores criarem cooperativas visando dar um dimensionamento mais amplo à comercialização dos seus produtos agrícolas.

Teremos também melhores oportunidades para a utilização das terras, através do barateamento do traslado de máquinas e pessoal, com essa facilidade de acesso.

Na atualidade, torna-se inexecutável qualquer empreendimento dessa natureza, porque o percurso alonga-se em mais de 50 quilômetros para se alcançar o destino.

Com reativação da antiga via de acesso, exatamente, no ponto de onde antes havia uma ponte de ligação, com o serviço de "Ferry-Boat", estaremos contribuindo surpreendentemente com a receita e a produção, além de uma economia incalculável para o nosso Estado.

O "Ferry-Boat" também beneficiará um grande número de estudantes que fazem escolas superiores, principalmente aqueles que cursam os Colégios Agrícolas nas cidades circunvizinhas no Estado de São Paulo: em Presidente Prudente, em Rancharia, em Paraguaçu Paulista, em Quatá e em Cândido Mota e, que representam a nossa esperança futura, na área agrícola do País.

Estes são alguns segmentos, em linhas gerais, de minha justificativa, na certeza de despertarem a sensibilidade das autoridades constituídas, levando-as a realizar essa obra que é, sem dúvida, a aspiração de milhares e milhares de habitantes de toda uma imensa região, intimamente ligados aos problemas de suas comunidades.

Esta será, portanto, uma oportunidade de solucionar um problema que há muito aflige a população de Alvorada do Sul e de demais municípios.

Noutras palavras, estaremos condicionando a redenção sócio-econômico-cultural de uma imensa área de influência do nosso Estado.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário; que seja encaminhado expediente ao Governador do Estado do Paraná, NEY BRAGA e ao Conselho Estadual de Educação, no sentido de que seja revogado com urgência o Parecer n.º 80, de 6 de junho de 1967, e baixado outro visando permitir que as carteirinhas estudantis padronizadas possam ser confeccionadas exclusivamente pela União Paranaense de Estudantes Secundários de Primeiro e Segundo Graus UPES.

E, que seja enviado anexo ao presente, cópia de inteiro teor do pronunciamento referente ao assunto.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1980.

(a) EDILSON ALENCAR.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais e, com amparo no § 2.º, do art. 11, da Constituição do Estado, REQUER licença para viajar ao exterior em missão de caráter cultural, até o dia 20 de agosto próximo, a fim de participar da 20a. CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL, em Hon-Kong.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1980.

(a) FUAD NACLI.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Está finda a leitura do expediente.

A Mesa registra a presença em nosso plenário, do Sr. Deputado Federal Norton Macedo, Presidente da Comissão Provisória do PDS, bem como do Sr. José Galdino Pereira, Prefeito de Barra do Jacaré, acompanhado do Vereador Antônio Martins da Cunha; Vereador Décio Defo e Ariovaldo Bier, de Cândido Rondon; a presença do Vereador Belício Veste Serri, Vereador Eduardo Teixeira e Vereador Silvestre Szieslaki, de União da Vitória, bem como dos Srs. Ângelo Leite e Afonso Leite, da comunidade de Prudentópolis.

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Renato Bueno.

O SR. RENATO BUENO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Por deferência da Liderança da nossa bancada, eu deveria ter ocupado a tribuna na sessão de ontem infelizmente não pudemos fazê-lo porque não houve condições de ser realizada a sessão de ontem e, hoje, em 5 minutos não poderei ler um discurso que demandaria mais tempo, de cujo discurso inclusive distribuí cópias à imprensa.

Solicitará então a Vossa Excelência, Sr. Presidente, que, considerasse o referido discurso lido na íntegra, para constar nos Anais da Casa.

Discurso do Deputado Renato Bueno considerado como lido).

"Nenhuma palavra é tão maldita, hoje, entre nós, que a inflação. Ela está no índice do nosso permanente desespero. Somos nós, a voz dos senhores Deputados, das mulheres paranaenses e brasileiras que se organizam para transmitir a inquietação diante de um processo de corrosão econômico-financeira, que desagrega socialmente e agride mais aqueles que menos possuem.

Não é novo o fenômeno inflacionário. É nova, entre nós, a possibilidade de falar acre e acerbamente, com liberdade sobre as mazelas, os males e as desgraças do que poderíamos denominar de síndrome da inflação.

Numa realidade de abertura, quando as consciências se politizam na própria medida em que respiramos o oxigênio reclamado de um sempre crescente processo de aperfeiçoamento democrático, estamos assistindo - todos os dias - aqui e nas esquinas das paixões partidárias, à virulência dos ataques contra o quadro inflacionário.

Velha, no País, a inflação marca três séculos de presença no corpo sócio-econômico brasileiro. Em todos os instantes - como agora - em que recrudescer, é causa para que se faça o apelo emocional, dramático e catastrófico, na antevisão de um apocalipse que nos trará num amanhã bem próximo.

Todos somos - atualmente com mais liberdade - brasileiros com amplo direito de crítica a esse mal, com a esperança de que falando sobre essa doença econômico-financeira possamos encontrar a terapêutica que nos livre, de uma vez por todas, desse câncer que nos corrói.

Ainda há alguns dias ouvimos, com a maior atenção a respeito, a palavra inflamada e corajosa do nobre Deputado Fiori Luiz, que trouxe - como se faz nos recantos do

País, por tantos de nossos patrícios - sua palavra sobre a inflação.

Gostaríamos de fazer algumas considerações à propósito desse discurso. Ou, mais especificamente, sobre os conceitos que emitiu sobre o Brigadeiro Délio Jardim de Mattos, Ministro da Aeronáutica.

Sua Excelência, o nobre Deputado, entendeu irônica a afirmativa do ilustre Ministro da Aeronáutica, quando este ressaltou que "nós já estamos sabendo conviver com a inflação". Vêr, nessa asserção, um despropósito, uma inverdade ou intenção secundárias parecem, ao menos a nós, um excesso de paixão partidária.

Temos pelo Brigadeiro Délio Jardim de Mattos - e o confessamos diversas vezes abertamente - o maior respeito e devemos conceder-lhe o direito de falar sobre a inflação, como qualquer brasileiro o possui e como ouvimos o nobre Deputado Fiori Luiz, nas suas interpretações.

Délio Jardim de Mattos é, para tantos de nossos conterrâneos, um paranaense por afeição a esta terra que nos é comum. Vale alguns traços sobre sua personalidade para, ao final, tentarmos defender o direito que tem de falar sobre o mais relevante assunto econômico de nossa atualidade.

Nos idos de 1939 existia, acantonado, em Curitiba, um destacamento Aéreo do Exército Nacional. Ao tempo, o Paraná era o velho Paraná. O Paraná que sequer sonhava com a existência hoje esplêndida de Londrina, Maringá, Umuarama, Cascavel, Pato Branco, Francisco Beltrão, que atualmente tanto se destacam no panorama de nossa pujança econômica. Há 41 anos passados, esses jovens oficiais faziam, na insegurança de seus aviões muito mais movidos pela coragem do que pela técnica sofisticada que hoje esses aparelhos possuem, o Correio Aéreo Nacional e a vigilância de nossas fronteiras. E, nesses trabalhos, traziam doentes para serem atendidos pelos recursos médicos da Capital. De uma feita, um desses oficiais sofreu, com seu aeroplano, um acidente, que o deixou na selva paranaense, entre Guarapuava e Foz do Iguaçu.

Ferido, em perigo de vida, conseguiu, porém, com a ajuda de paranaenses daqueles confins, chegar à Curitiba.

Foi o batismo de sangue, na terra do Paraná, de Délio Jardim de Mattos. Creio que, desde então, o atual Ministro da Aeronáutica passou a amar muito mais este pedaço do Brasil. Viemos encontrá-lo outra vez, em nossa Capital, em 1969, agora, ao comando da Escola de Oficiais Especialistas de Infantaria de Guarda, no Bacacheri. Estávamos nos dias difíceis do clímax do Ato Institucional n.º 5.

Délio Jardim de Mattos revelou, na oportunidade, seu indiscutível espírito democrático.

Jamais perseguiu.

Em nenhum instante prendeu alguém.

Não estimulou e nem criou condições para que se iniciassem processos políticos contra aqueles que professavam idéias contrárias à Revolução de 1964.

Vale, nesse particular, um comparativo que, historicamente, há de ser feito com outros Estados, onde, por exemplo, em São Paulo, o volume de processos na própria Aeronáutica era extremamente numeroso.

Délio Jardim de Mattos deixa o Paraná. Removido para São Paulo, instala, com sua personalidade, o mesmo clima que soubera, com dignidade democrática, fazer vigir entre nós paranaenses.

Mais contemporaneamente a estes dias, é preciso lembrar o que foi a atuação do Ministro da Aeronáutica no Superior Tribunal Militar, onde prolatou sentenças que só o dignificaram perante a consciência política nacional.

Nas vezes seguidas que vinha a Curitiba, onde seus amigos se multiplicavam sempre, teve a oportunidade de fazer pronunciamento à imprensa do Paraná e do Brasil que marcou época

no processo político brasileiro. Pela primeira vez trouxe, com o aval de sua dignidade, a palavra de certeza de que o País teria a sua fase de anistia. Ao assumir o Ministério da Aeronáutica, Délio Jardim de Mattos tem sido, sempre, um fiador constante da luta pela abertura política entre nós, que se processa em ritmo de aperfeiçoamento.

Não podemos negar a esse paranaense por afeição e direito de falar sobre os problemas nacionais. Mesmo que graves, como o é a inflação. Inflação maldita, que todos a maldizemos.

Que o nobre Deputado Fiori Luiz, como qualquer um brasileiro, a maldiz também, com a veemência reveladora de sua preocupação no sentido de que possamos sair desse mal.

Délio Jardim de Mattos tem, igualmente, condições para emitir opinião sobre a inflação porque no Ministério que conduz há organismos vinculados que, a nível de sociedade de economia mista, representam parcelas do esforço empresarial brasileiro no sentido de produzir mais aviões para nós e para o mercado internacional.

A EMBRAER, fábrica de aviões militares e civis, colocou o Brasil em oitavo lugar no mundo em termos de fabricação dessas aeronaves, chegando a disputar, inclusive, mercados na França e nos Estados Unidos.

Tendo exportado, até agora, quatrocentos milhões de dólares em aviões, a EMBRAER é uma organização que, para ser conduzida, precisa, necessariamente, de homens que entendam de economia e dos seus processos.

Mas, não é só a EMBRAER a única empresa do Ministério da Aeronáutica.

Há, ainda, a INFRAERO e a ARSA que atendem aos multiplicados problemas dos aeroportos brasileiros, inclusive a do Rio de Janeiro, um dos modelos mundiais no seu gênero.

Há, também, o CINDACTA (Centro Integrado de defesa aérea e Controle de Tráfego Aéreo) e o Centro Tecnológico aero-espacial, considerado a maior organização de pesquisa, no seu campo, na América do Sul.

Esse mesmo Centro Tecnológico, por direta e pessoal determinação de Délio Jardim de Mattos, está estudando o grave problema da seca no Nordeste e temos informações que nos adiantam ser possíveis algumas soluções para tangenciar a trágica realidade sócio-econômica por que passa essa região brasileira.

Com problemas dessas e de outras áreas do Ministério da Aeronáutica, Délio Jardim de Mattos não é um jejuno diante da inflação.

Sobre a mesa de suas graves decisões se refletem, hora após hora, situações desafiadoras, que exigem respostas diretas, que envolvem, certamente, conhecimentos sobre a inflação.

Um homem que, por gesto pessoal, determina, em todos os aeroportos brasileiros, a supressão da vexatória revista aos passageiros tem, necessariamente, no seu estofo democrático, condições políticas - como, aliás, qualquer brasileiro - para emitir opiniões e conceitos sobre a realidade inflacionária que nos atinge e agride.

Não precisamos dizer, ainda, que há outras empresas no Ministério da Aeronáutica cujas decisões, tantas vezes, urgem a palavra de Délio Jardim de Mattos.

Não é necessário falar no Departamento de Aeronáutica Civil, a TASA (Empresa de Telecomunicações da Aeronáutica, que controla a segurança de vôo), a SELMA, encarregada da reposição de peças das turbinas dos aviões a jato no Brasil, eliminando, assim, a dispendiosa tecnologia internacional.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Com a autoridade de Ministro de Estado e, principalmente, com a de brasileiro profundamente preocupado com os problemas da terra comum, Délio Jardim de Mattos não pode, em nenhum instante, ser o alvo de críticas soezes pela afirmativa

de que nós estamos sabendo, já, conviver com a inflação. Creio até mesmo, que a frase, no seu sentido subjetivo mais puro, é, inclusive, uma evidência de que os brasileiros têm capacidade de superar suas tormentas. Só quem endurece, quem se estatifica, quem se fossiliza não compreende a força das tempestades que, afinal, sempre passam. Sabendo conviver com a inflação, estamos evidenciando prova de adaptabilidade, o que — todavia — não significa dizer ausência de luta contra esse mal. Ao contrário, Délio Jardim de Mattos, como todos nós, estamos contra a inflação e haveremos de encontrar solução para extirpar, do cotidiano de nossas preocupações, a maldição que essa palavra carrega em si mesma.

Entendo, Srs. Deputados, que não falta autoridade a Délio Jardim de Mattos para expender considerações sobre esse mal. Tem o direito de falar. Direito que decorre de uma personalidade que se verticaliza em integridade mesmo quando os vendavais das paixões políticas exigem a perseguição sobre quem foi vencido.

A dignidade de um passado, a dedicação e a competência político-administrativa hoje tantas vezes revelada fazem-nos crer, inclusive e até mesmo, que Délio Jardim de Mattos, como Ney Braga e outros ilustres brasileiros, têm todas as condições para vir a ser candidato à sucessão para a própria Presidência da República. Para a Presidência da República que, entre os nomes nacionais, pode ser ocupada por uma figura de brio militar e que se demonstrou um civil na tranquilidade de posições justas, equânimes e de profunda visão política.

Era, Srs. Deputados, o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Lázaro Dumont, inscrito.

O SR. LÁZARO DUMONT — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Os jornais de hoje trazem as notícias a respeito das novas medidas do Ministério da Agricultura, do Conselho Monetário Nacional, com respeito aos VBCES para uma faixa de produtos agrícolas. E que, na realidade, apesar de estar um pouco aquém da realidade e das reivindicações das entidades classistas do Paraná, principalmente das Cooperativas, ainda já está se aproximando com o que o lavrador precisa, apesar de termos apenas dois senões, é de que o próprio Governo agora intensifique, para que os produtos, adubos, fertilizantes, sementes, realmente permaneçam por um determinado tempo, num preço estável, para que realmente este preço, que foi dado agora, não venha em pouco tempo ser esvaziado.

E, por outro lado, o problema do financiamento do feijão, que iremos abordar aqui, que o preço está razoável, porém, há determinação somente para plantações com sementes selecionadas, é que irá criar uma série de problemas, principalmente para o pequeno lavrador.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, os jornais de dois ou três dias atrás, traz uma notícia realmente estarrecedora, inclusive com o seguinte título: "Defensivos agrícolas continuarão em uso", e vou ler a notícia como está no jornal:

"O Secretário de Defesa Sanitária Geral do Ministério da Agricultura, Hélio Teixeira Alves, afirmou ontem que embora estejam cientificamente comprovados os efeitos maléficos, do componentes mercuriais na saúde humana e animal, esses produtos continuarão a serem utilizados na agricultura, até que se esgote o estoque existente.

Este problema está na reta final, diz ainda o Sr. Hélio Teixeira e o Ministério da Agricultura é a favor de sua proibição. Mas, os componentes devem ser utilizados até o fim.

O Sr. Hélio Teixeira Alves, fez essas declarações durante o debate da mesa redonda promovido pela Secretaria Nacional de Ações Básicas de Saúde do Ministério da Saúde.

Sendo contestado pelo Diretor do Departamento de Meio

Ambiente da Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente do Rio Grande do Sul, Jorge Ossana, que considerou uma afronta à saúde da população a utilização dos componentes mercuriais, depois de ter sido comprovado seu efeito prejudicial.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Realmente, as declarações do Sr. Hélio Teixeira Alves, não poderia ser mais infeliz, principalmente num momento em que praticamente todo o País e todos os homens de bom senso nesta terra, estão empenhados em fazer com que seja diminuído a ação dos produtos químicos, tanto no solo como na própria plantação, onde nós estamos matando, pouco a pouco, a fertilidade do solo e juntamente, envenenando toda uma população, seja ela humana ou animal.

E, nestas condições, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para marcar o nosso descontentamento e a nossa revolta junto a este cidadão, nós estamos requerendo um pedido ao Dr. Amaury Ângelo Stábile, Ministro da Agricultura, e que, através deste requerimento, fazemos um voto de protesto pela ação como está se dirigindo hoje o Sr. Hélio Teixeira Alves, na Secretaria de Defesa daquele Ministério.

Por outro lado, será que este cidadão não sabe que uma pessoa que é envenenada, mesmo com intoxicação leve, tem que ser internada nos hospitais, através do FUNRURAL, ou através de qualquer órgão previdenciário?

São despesas que se causam nesta Nação. E, lamentavelmente, este cidadão está preocupado apenas com o problema econômico destas empresas que mantêm em estoque produtos químicos à base de mercúrio.

E, nestas condições, Sr. Presidente, Srs. Deputados, passamos a ler um requerimento que colocamos, para que seja debatido por esta Casa. (Lê):

"Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expedientes ao Excentíssimo Sr. Dr. AMAURY ÂNGELO STÁBILE, Ministro da Agricultura, contendo votos de protestos pelas declarações do Sr. HÉLIO TEIXEIRA ALVES, Secretário de Defesa Sanitária daquele Ministério, pela defesa irracional e comprometedora de produtos químicos altamente nocivos à saúde do homem e da fauna, como é o caso dos produtos à base de componentes mercuriais, altamente prejudiciais à saúde humana e animal.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1980.

(a) LÁZARO DUMONT

JUSTIFICATIVA:

É sabido, quanto e como estão sendo distribuídos os produtos químicos, através de vendas indiscriminadas de inseticidas, pesticidas e outros produtos altamente nocivos à saúde humana e animal.

Achamos as declarações do Sr. Hélio Teixeira Alves, Secretário de Defesa Animal do Ministério da Agricultura, altamente comprometedoras, tendo em vista que ele mesmo reconhece que os produtos químicos à base de componentes de mercúrio, são de efeitos altamente maléficos, mas defende sua utilização até o fim. Mas, que fim?

Das criaturas humanas e animais? "Fim do estoque" mas qual seria este estoque? Ou o que vem a significar este "até o fim"?

No nosso entender, esse cidadão deveria ser exonerado de suas funções imediatamente, porque é inadmissível, uma pessoa ser responsável por um órgão, cuja função específica é a defesa sanitária dentro do Ministério da Agricultura, estar preocupado apenas com o aspecto econômico das empresas produtoras desses produtos químicos, esquecendo-se da saúde humana e animal, podendo inclusive ocasionar o extermínio de nossa fauna.

E como prova disto, reproduzimos na íntegra as palavras do Sr. Hélio Teixeira Alves, Secretário de Defesa Animal da Agricultura, quando afirmou: "Embora estejam cientificamente comprovados os efeitos maléficos dos componentes mercuriais na saúde humana e animal, esses produtos continuarão a ser utilizados na agricultura, até que se esgotem os estoques existentes.

Realmente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, este é o "fim" mas é o fim da nossa paciência, que já está se esgotando".

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, nobre Deputado Nestor Baptista.

Antes porém, a Mesa registra a presença, em plenário, de Sua Excelência o Deputado Federal, Antônio Anibelli. O SR. NESTOR BAPTISTA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): "Há um ano atrás, defendemos nesta tribuna, a necessidade de uma profunda modificação no sistema de transporte urbano. E apontávamos a estatização como a solução que realmente poderia atender os interesses da população. Mostrávamos a evolução dos preços das tarifas, e o quanto incidiam sobre o custo de vida do trabalhador urbano do Paraná.

Imediatamente, os pseudodemocratas, Prefeito Jaime Lerner à frente, levantaram a tese de que o monopólio estatal, em qualquer setor, contraria os princípios democráticos.

Nesse período, o que aconteceu? As tarifas de ônibus subiram mais 70 por cento. E toda a política do Prefeito democrata Jaime Lerner privilegiou a monopolização privada.

Para que se tenha uma idéia, o Grupo GULIN comprou as empresas Copa Verde e Redentor, e hoje detêm 46 por cento do transporte coletivo na cidade.

Um monopólio que o transforma, na prática, um segundo Prefeito da Capital. Um monopólio que lhe permite influir diretamente sobre os aspectos de vida da cidade. Nos loteamentos, arruamentos, urbanização de áreas. Concentração de comércio. O Grupo GULIN influi na vida de mais da metade da população de Curitiba, onde mais de 80 por cento das pessoas dependem de transporte coletivo.

É o hobby do transporte coletivo urbano, cujo poder se expressa inclusive no poder político.

Para o Prefeito Jaime Lerner, como para todos os administradores do regime, o monopólio do Estado deve ser combatido.

Em contrapartida, deve ser privilegiada a democracia dos monopólios privados que sugam a economia popular. Que cresçam sobre o manto protetor de uma administração anti-democrática, imposta pela força. Mas que procure fazer pose de democrata. Um Prefeito que construiu sua imagem de urbanista eficiente nos dias mais negros da ditadura. Quando o povo não tinha a mínima condição de expressar seu protesto, quando saudaram o Prefeito das conchas de acrílico, dos calçados do petit-pavet, enquanto na periferia a grande massa da população de Curitiba apenas constava para arrecadação de impostos?

Está aí o Prefeito democrata, o nosso "speer" novamente reinando sobre o seu pequeno "reich". Exercitando a democracia que muito agrada ao grupo de empresários que domina o transporte urbano. O Grupo GULIN, senhores, também é proprietário de 1/3 dos táxis da cidade. E mais, aluga para a Prefeitura uma frota de veículos. O segundo prefeito ou talvez o verdadeiro Prefeito, impõe sua vontade e vai construindo seu império à custa dos trabalhadores que destinam boa parte de seus salários ao transporte.

O Prefeito democrata Jaime Lerner, anunciou nova elevação das tarifas, num índice de 40 por cento. A chamada tarifa social, vai passar de Cr\$ 5,50 para Cr\$ 7,70. O segundo prefeito agradece, e provavelmente fará uso da Câmara de Vereadores

para saudar o nosso "speer", porque a tarifa social, uniformizada, que cresce a períodos certos, foi um dos fatores que ajudaram o processo de monopolização. Ela não é um bom negócio para a pequena empresa, mas é excelente sistema para o monopólio, repito o que disse há um ano, aliás, "é impossível pensar na racionalização da vida urbana, enquanto os setores básicos, como o do transporte coletivo, permanecerem sob a direção da iniciativa privada. É necessário colocar o interesse social acima do interesse particular de um grupo de empresários, que arrecada indistintamente".

O povo está farto de engodos e já sai às ruas bradando que "prefeito que não é eleito não é prefeito". Compreende que só terá seus direitos observados e seus interesses consultados quando puder eleger aqueles que decidem sobre os projetos de interesse social. Sabe que só será respeitado quando for Governo, por força do voto, substituindo aqueles que se instalaram no poder por força do arbítrio. Por isso, aspira um Governo de frente democrática e de unidade popular, que represente o fim desse período da vida brasileira. Um governo que prepare as condições para a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte livre e soberana, onde certamente só terão lugar aqueles que se fizerem alçar pela representatividade do voto, e não pela representatividade do monopólio.

Uma época que, esperamos, não dará a oportunidade para a existência do pequeno "reich" de nosso "speer", o democrata dos monopólios, Jaime Lerner.

Muito obrigado".

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra ao quarto orador inscrito no Pequeno Expediente, nobre Deputado Tércio Albuquerque.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"Ouvir um bom mensageiro vale mais do que realizar mil visitas. Este é o adágio popular que é próprio para o momento político brasileiro.

Embora tenhamos feito uma rápida visita a Brasília, a fim de encaminhar reivindicações de nossa região, tivemos o interesse em ouvir personalidades da Câmara e do Senado Federal, suas impressões sobre a atualidade brasileira e suas idéias de solução para a crise geral que atravessamos.

Lá, como aqui, há pessoas informadas e desinformadas. Há pessoas que dão uma interpretação muito pessoal aos acontecimentos, formulando tendências e perspectivas do seu agrado como se fossem aqueles que devessem prevalecer.

Particularmente, dois tipos de analistas podem dar contribuição aos políticos, para a formulação de estratégias de comando político: aqueles que detêm conhecimento sobre o processo de decisões e comando das forças dominantes, e aqueles que sabem captar os sinais do movimento e das aspirações populares.

Penso ter encontrado pessoas que têm a visão suficientemente ampla e profunda, para a formulação de alternativas políticas. E elas constituíram uma resposta a nossas preocupações, de quem está fora do centro do poder.

O sistema que todos desejamos ver modificado, senão substituído, para ter recobrado algumas forças e se fixa na perspectiva de tentar impor sua doutrina e seus desejos. A realidade brasileira parece ameaçar um retrocesso político. Agora sob o pretexto de resolver a crise econômica e social, gerada pelo próprio sistema mais do que pelas contradições internacionais.

Pode-se dizer que, quando pensamos ter superado os principais obstáculos para a democratização: voltamos a nos defrontar com alternativas que pareciam ser ultrapassadas.

Entre um mal e um mal maior, temos gravitado nos últimos anos; e isso parece demonstrar que ou não podemos

contar com a organização das forças sociais de baixo, por sua fragilidade, ou somos compelidos a representá-las em teoria, em discurso, em proposições incompletas, para desencargo de consciência e aplausos do círculo de amigos.

Enquanto isso, o real é outro. De um lado, uma gigantesca maioria de brasileiros despojados, deserdados, mas que não conseguiram ainda valer-se por si mesmos; de outro, o fato institucional, econômico e militar, escolhendo e realizando sua política calculada, medida passo a passo e que, convenhamos, tem sido dominante no País.

Ao contrário do que possam pensar muitos políticos, para nós, que temos estabelecido alternativas falsas sobre a realidade brasileira; essa realidade dos últimos anos. Dividem-se os homens pelos partidos políticos, mas esses partidos não têm grande aprofundamento na realidade econômica e social, a ponto de o partido do Governo se dar ao luxo de ter um programa em muitos pontos mais avançado do que outros da oposição; avançado e concreto.

Mas, o que são os programas de partidos com pobres vínculos com o movimento social que dizem representar? Mandamentos, estatutos, diretivas, indicadores?

Dividem-se os homens pelos interesses que têm, interesses materiais, mas se constata que todos têm o interesse de sua classe social, do seu círculo econômico, de sua herança cultural. Enquanto alguns políticos ingressam no PDS, porque seu programa é bom, outros ingressam no PMDB, no PP, no PTB, no PDT, no PT porque seu programa é realmente bom. Mas quem os realiza? Se forem bons?

Cada vez mais, guardadas as dimensões e proporções, os militantes devem cumprir estatutos e programas, mas na verdade não estão a isso obrigados. Maior liberdade de ação têm os líderes, os chefes, os dirigentes: fala-se do programa depois de ter-se falado sobre o que cada qual deseja e exige se for possível.

Quero apenas me referir a esse quadro político-ideológico movediço, muito mais movediço quanto mais movediça for a ordem econômica no jogo dos interesses de um clube muito limitado. E enquanto as lutas internas se travam, as direções se firmam justamente na ausência de princípios. E todos partem para discutir uma realidade de força e não de legitimidade e direitos consagrados, mas lhes escapa de discutir essa realidade não é efetivamente conhecê-la e muito menos mudá-la.

Ainda por uma vez, parece-nos que ficaremos com linhas divisórias artificiais, com frouxidão de princípios e sob compromissos de grupos. Enquanto isso, as grandes linhas das alternativas brasileiras são equacionadas dentro de uma realidade que tem nos escapado ao controle.

Enquanto procuramos encontrar essa realidade e não chegamos a ela, as reuniões decisivas se realizam fora do nosso pequeno mundo. Mas, ainda temos o consolo de sermos considerados politicamente, pelo menos para compor o grande plenário de confirmações.

Ouí um conselho de boa fonte:

Se os descontentes, se as Oposições não tiverem alternativas concretas, viáveis, e não souberem consolidar essas alternativas com o apoio popular, saiam do mundo da fantasia e escolham entre o controle inflacionário do atual governo, com Delfim e Figueiredo; ou a recessão e todas as suas consequências ditadas pela necessidade de controlar a vida econômica e social a qualquer preço.

Essa perspectiva assusta aos realistas, porque de otimistas e pessimistas, nada se poderá esperar em época de crise.

Muito obrigado."

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa anuncia a presença dos Srs. Benetido dos Santos Garcia, Marcelo Saporski, Waldemar Claudino e Sílvio Losiak, Vereadores do Município de Grandes Rios.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Airtton Cordeiro, inscrito.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): "O Brasil todo se prepara para receber aquela que será uma das mais ilustres visitas já asinaladas em toda a história-pátria. E o País, numa insofismável prova de que se envolve por inteiro nesse projeto de recepção a tão insigne visitante, vem concentrando todas as suas atenções em torno dele. É o Papa JOÃO PAULO II, a mais representativa autoridade espiritual do mundo cristão que vem até nós.

São múltiplas as facetas dessa visita. E é fundamentalmente como pastor de um imenso rebanho espiritual, no exercício do múnus pontifício, que KAROL WOJTYLA, o Papa JOÃO PAULO II, marcou encontro com o Brasil, a partir do próximo dia 30, e com o Paraná, nos dias 5 e 6 de julho.

O Paraná, a quem JOÃO PAULO II se liga de forma particularmente efetiva, dadas as raízes étnicas de um grande percentual de nossa população, que da heróica Polônia veio habitar nosso solo e ajudar a construir este Estado — vai recebê-lo com gestos de carinho e respeito singular. Esta intenção de materializar apreço ao pontífice é visível na gente paranaense. Aqui, mobilizam-se, Governo e povo, para tributar homenagens muito especiais àquele que vem como peregrino da Paz, com palavras e gestos de amor.

Não se trata da mera visita de um chefe de Estado; na verdade, o pequeno Estado do Vaticano é basicamente um baluarte espiritual — cuja existência tem, no entanto, repercussões extremamente vitais na vida de milhões de habitantes deste Planeta. E o Papa, chefe deste Estado atípico, encerra, com sua palavra, sua autoridade moral, seu acervo de lições, a gigante figura pontifical que a História aprendeu a reconhecer como visceralmente indissociável da História do Ocidente Cristão.

O mundo das fáceis comunicações tornou cotidiana, nos lares de todos nós, a palavra de sabedoria emanada do pontífice romano. Ela se acentuou a partir do Concílio Vaticano II, com as reformas profundas que essa assembleia da igreja universal introduziu na década de 60. Sem despir-se do fundamental, daquilo que a Igreja Católica Apostólica e Romana considera matéria de moral e de fé — e, portanto, imutável — o rico legado da Igreja viu-se robustecido por uma nova visão do mundo moderno.

Intérprete do Concílio Vaticano II, que abriu as janelas do mundo à vivência do dia-a-dia da Igreja, o Papa que hoje se chama JOÃO PAULO II, é o conselheiro atento, o amigo inseparável, o prudente conciliador, o árbitro das horas difíceis, o pai que a todos consola, independente de credos ou de raças, a voz que também clama no deserto. A voz que defende pela paz, que propugna a concórdia, que defende o direito à vida como o dom primeiro de Deus.

O Papa JOÃO PAULO II, que os paranaenses vão receber em Curitiba nos dias 5 e 6 de julho próximo, é um homem entre os homens. Um irmão que chega revestido de autoridade e encerrando expectativas de dimensões imensuráveis, dada a singularidade de sua missão. A missão de sucessor de Pedro, conforme a doutrina católica. A missão do pregoeiro das boas novas e de consolador dos irmãos. A missão de quem deve confirmar os outros na fé. A missão de quem se obriga a velar pelo mais comezinho respeito aos direitos fundamentais do homem.

KAROL WOJTYLA, a quem os paranaenses votam um particular acatamento, é a figura singela de quem tem vivido este século de dúvidas, de guerras e rumores de guerras. A Polônia heróica foi seu berço, lá se formou espiritualmente. Formou-se também lá, no conhecimento das ciências humanas, fez-se sacerdote e professor universitário. Sobreviveu e destacou-se como homem de ciência e homem de Deus, como seminarista, se colocou na clandestinidade, para sobreviver e ajudar seus irmãos de nacionalidade, na pertinaz fuga ao nazismo.

Operário de uma indústria química, WOJTYLA conheceu

na carne, as duras expectativas de vida do pequeno trabalho assalariado; livre a Polônia do nazismo, estaria reservada ao futuro PAPA JOÃO PAULO II, uma nova caminhada de resistência ao arbítrio, à prepotência. E ele, junto com tantos milhares de outros poloneses, com liderança e poder de decisão em seu país, enfrentou o arbítrio do comunismo soviético gerenciando a vida da milenar e cristã nação.

São rápidas palavras, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para, em poucos minutos, compor o retrato psicológico deste homem sobre cujos ombros, pesa hoje a responsabilidade de ser a voz moderadora num mundo ameaçado por guerras e rumores de guerra.

JOÃO PAULO II é um homem do nosso tempo, marcado pelos duros espinhos de uma época que vai se despidendo de valores inequivocamente valiosos.

Que a presença de JOÃO PAULO II entre nós, permita ao Brasil e ao Paraná, em particular, amplo reencontro com o valores humanos que fazem respeitada a sociedade moderna pelo seu desenvolvimento. O povo do Paraná, orgulhoso e ao mesmo tempo humilde, terá a felicidade ímpar de curvar-se diante do Papa, na esperança de que a fé nos sentimentos espirituais seja mais forte do que as atitudes menores, prontas para arrebatá-lo à humanidade o indistigável desejo de atender a convocação de Paz e de Bem que JOÃO PAULO II já fez por todas as terras que já beijou.

O Paraná, com JOÃO PAULO II, mostrará ao País que acredita no presente para alcançar o futuro.

Muito obrigado".

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra ao sexto orador inscrito, Sr. Deputado Lineu Turra — (Declina).

Concedo a palavra ao sétimo orador inscrito, Deputado Fiori Luiz.

O SR. FIORI LUIZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ouvimos atentamente o nobre Deputado Renato Bueno, lançar, como candidato à Presidência da República, o nome do Brigadeiro Délio Jardim de Mattos.

Respeitamos a indicação do Deputado Renato Bueno como exercício de um direito que assiste a qualquer cidadão, de dizer de suas preferências políticas e indicar, neste País do sonhos, candidatos à Presidência da República, o que não ficou claro é que, se a indicação é por eleição direta ou por colégio eleitoral que o oportunismo político pretende manter neste País.

Enquanto isto, outros poderão indicar os Ministros do Exército, da Marinha, todos, com trunfos fortes, entretanto, tenho a impressão de que passa a ser um candidato muito forte, o Ministro, Chefe do Serviço Nacional de Informações, o SNI, se a situação brasileira evoluir e a abertura, a fresta política for substituída pela fechadura para enfrentar a crise econômica e social.

Não indico o General Octávio Medeiros, é evidente, porque não me cabe, e se me coubesse, indicaria um nome político representativo, para a escolha do eleitorado brasileiro, em eleições livres e diretas.

E reafirmo o que disse no meu pronunciamento de 04 de junho: o Brigadeiro Délio Jardim de Mattos, nos seus altos vãos, deveria ficar na sua especialidade, porque não é voz autorizada nem em economia, e muito menos em política. Os militares devem é ficar nos quartéis, afeitos às suas especialidades, sem incursionarem por caminhos políticos e econômicos, que eles não compreendem e nem entendem.

Sr. Presidente, endereçamos à Mesa um requerimento dirigido à SANEPAR, solicitando informações sobre um projeto elaborado há dez anos, para abastecer com captação de água do Rio Tibagi, a linha Londrina a Marialva, e pedimos esclarecimentos, porque parece que a SANEPAR substituiu o projeto

original, reduzindo-o. E, dentro desse plano atual, serviria apenas às cidades de Londrina e Cambé.

(Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando das atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de expediente à SANEPAR — Companhia de Saneamento do Paraná, solicitando informações sobre o plano de captação de água do Rio Tibagi, projeto elaborado há dez anos pelo escritório do Dr. Enaldo Cravo Peixoto, do Rio de Janeiro, e que abasteceria a linha Londrina - Marialva, solucionando de vez o problema de abastecimento de água daquela região.

Outrossim, gostaríamos que a SANEPAR esclarecesse, se é verdade a informação de que o projeto original sofreu alterações e que o plano atual serviria apenas às cidades de Londrina e Cambé.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1980.

(a) FIORI LUIZ

JUSTIFICATIVA:

A captação de água do Rio Tibagi, é uma reivindicação antiga.

A idéia partiu de Dalton Fonseca Paranaguá, na época prefeito de Londrina. Feito o projeto pela equipe do Dr. Enaldo Cravo Peixoto, do Rio de Janeiro, as autoridades da época saíram à cata de respaldo financeiro. Nada conseguiram, e o projeto foi engavetado, sendo mais tarde arquivado pela SANEPAR.

Era um projeto arrojado. Uma obra não para um governo e sim para o futuro. Pelo plano original, o recalque seria feito do Rio Tibagi, passando por Londrina, Cambé, Rolândia, Arapongas, Apucarana, Cambira, Jandaia do Sul, Mandaguari e Marialva. Do ponto mais alto, a água desceria por gravidade.

A captação de água do Rio Tibagi, seria uma maneira de acabar com os improvisos, como: captar de leitos de água pequenos e poluídos; perfuração de poços visando atingir o aquífero Botucatu. Projetos onerosos e pouco eficientes. Solução no varejo, a curto prazo.

Pelo que apuramos, o projeto original foi inviabilizado pela SANEPAR.

Ao invés do projeto original, com atendimento a uma vasta região do Norte do Paraná, a SANEPAR pretende reduzi-lo, ficando o atendimento restrito às cidades de Londrina e Cambé.

Técnicos da SANEPAR informam que cidades como Rolândia, Arapongas e Apucarana estão bem servidas e até o ano 2.000 não haverá problemas de abastecimento.

E pelo novo plano, com o projeto original reduzido em quase 80 por cento, a SANEPAR pretende captar do Rio Tibagi, com adução até ao reservatório do aeroporto. Seriam construídos quatro reservatórios, um dos quais em Cambé, cujas obras estão orçadas em 1.600 bilhões de cruzeiros.

Não pretendemos criticar a SANEPAR, pela aplicação do novo projeto. Afinal, Londrina e Cambé apresentam sérios problemas de abastecimento, os quais só serão solucionados com a captação de água do Tibagi.

Contudo, com a visão voltada para o futuro, não podemos deixar de lamentar a decisão tomada.

Sabemos que o governo pretende implantar o projeto METRONOR — Metrópole Linear do Norte do Paraná, destinado a orientar o desenvolvimento integrado das 12 cidades situadas no eixo Londrina - Maringá, com um item especial para a industrialização.

Ora, além do abastecimento natural de água, o projeto original, elaborado há 10 anos, teria na captação, a linha mestra da infraestrutura industrial, pois já temos rodovia e ferrovia.

É preciso planejar para o futuro.

É preciso descortinar as necessidades presentes, com a

visão aprofundada no futuro.

O Norte do Paraná está cansado de receber migalhas.

O Norte do Paraná quer ser tratado com equidade, pois afinal de contas o governo deve saber o que representa aquela região, em termos sócio-econômicos.

Se a SANEPAR tem no interior 60 por cento da sua receita global. Se o interior contribui com mais da metade da receita anual, é justo exigir um mínimo de retorno.

Em nome do Norte do Paraná, fazemos este apelo.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) No Grande Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado Darcy Deitos, inscrito.

O SR. DARCY DEITOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados:

(Lê): "A "bionicidade" que se implantou em nosso País através da nomeação de governadores e senadores, trouxe sérios prejuízos a todo o povo brasileiro, e em particular a "bionicidade" dos governadores do Estado é um desastre que traz sérias consequências ao desenvolvimento dos Estados brasileiros.

Dizemos que traz consequências funestas e desastrosas, porque, todos aqueles que administram sem terem o respaldo do voto popular, não devem ao povo prestação de contas pelo trabalho que desenvolvem ou por trabalho que deixam de realizar ao longo de seu poder ilegítimo.

E, é a bem da verdade, que hoje vimos a esta tribuna, para tecermos algumas considerações, as quais achamos necessárias, para conhecimento do povo do Paraná, o qual até hoje só tem visto a propaganda oficial, a dizer que no Paraná tudo corre bem, que o Paraná é um Estado em franco desenvolvimento, sendo meta prioritária neste Estado "o homem", ou ainda que seremos o segundo Estado da Federação, e enfim, tantos dísticos que são lançados ao povo, para justificar uma administração que até o presente momento não disse porque veio e o que pretende.

A prova mais concreta de que aqui se faz propaganda para justificar uma administração nula é o esgotamento das verbas destinadas à publicidade do Estado para o corrente exercício, nos primeiros seis meses.

Desde a implantação da chamada "Reforma Partidária", fez-se do Palácio Iguaçu, não um centro administrativo de onde deveriam emanar diretrizes capazes de minorar o sacrifício do povo paranaense, com a realização de suas aspirações de progresso e desenvolvimento, pelo contrário manifestou-se o referido palácio em centro de irradiação política para formação do partido que dá sustentação à "bionicidade" e à continuação do atual "status quo", não somente deste Estado mas em todo o País.

Esse centro de irradiação política, nada mais é do que a justificativa em busca de prestígio do governo do Paraná, perdido de há muito junto ao Poder Central, haja visto que nosso Estado não se faz mais representar nos escalões do Governo Federal, desde a queda do Ministro Karlos Rischbieter do Ministério da Fazenda.

O governo atual não administra para o povo e o que é mais grave não dá satisfações ao mesmo, e a comprovar o que afirmamos estão aí os pedidos de informações sempre negados nesta Casa, para que o povo paranaense não tome conhecimento dos desmandos e da administração que hoje se faz neste Estado, e para relembrar aos Senhores Deputados, basta citar que nesta Casa foram negados pelo Partido do Governo os pedidos de informações sobre a COPEL, o BANESTADO, entre outros que aqui poderíamos enumerar, e se isto não bastasse, boicota-se a CPI do DETRAN, para que não fiquem comprovadas as irregularidades lá praticadas.

Os escândalos como o do Tribunal de Contas, irão por certo se suceder, mas as realizações administrativas ficarão

sempre em segundo plano, pois como aqui se faz política e não administração, e para comprovarmos o que afirmamos, relataremos alguns fatos dentro da programação de construção e pavimentação de estradas no atual Governo.

Para o exercício de 1979, o Orçamento Geral do Estado previu para despesas com construção e pavimentação de rodovias, a importância de Cr\$ 4.280.160.000,00, recursos estes oriundos do Tesouro do Estado e Banco Interamericano de Desenvolvimento.

A programação global de construção e pavimentação das rodovias, no referido ano de 1979, era de 2.349,27 km, sendo deste total, 1.602,97 km da Programação normal e 746,20 km do Programa BID, isto é os primeiros 1.602,97 com recursos do Tesouro do Estado e os restantes 746,20 km, seriam executados com recursos do BID.

Dos 1.602,97 km previstos a cargo do DER, 653,34 km estariam previstos para serem concluídos até 15 de março de 1979, e os restantes 949,63 km, estavam previstos para serem executados durante o restante do exercício financeiro de 1979, o mesmo ocorria com os 746,30km programados para serem executados com recursos do BID, onde 402,40 km estariam concluídos até 15 de março de 1979, e os restantes 343,90 km no então exercício financeiro compreendido entre 15 de março a 31 de dezembro de 1979.

Ocorre que, ao verificarmos a mensagem do governo enviada a esta Casa, relativa ao ano de 1979, observamos que dos 1.602,97 km, foram concluídos 644,2 km, e se estavam previstos a conclusão de 653,34 até 15 de março de 1979, executou-se 491,65 km até esse período e dos 949,63 km previstos para o restante do exercício somente foram concluídos 152,55 km da programação normal, e dos 746,30 km programados com recursos do BID, foram concluídos 528,2 km, dentro do mesmo raciocínio, se estavam previstos a conclusão de 402,40 km, e foram concluídos 371,00 km até 15 de março de 1979, dos 343,90 previstos para o restante do exercício, somente foram concluídos 157,2 km pela administração atual.

E aqui para fazer justiça, cabe, apesar de sermos contrários, reconhecer o ritmo que o Governo Canet imprimia à sua administração neste setor de construção de rodovias, o que não ocorre com o atual governo que em vez de construí-las paraliza-as.

As obras são paralisadas, mas a dívida não parou de crescer, e basta observar que em 31/12/78, ela era de Cr\$.. 5.064.600.000,00 em 31 de março de 1979, era de Cr\$.. 12,5 bilhões, conforme afirmação do Secretário de Finanças aqui nesta Casa, e em 31 de dezembro de 1979, subia à cifra quase astronômica de Cr/ 30,8 bilhões, isto é, 2,46 vezes a mais que em 31/03/79, dívida esta interna e externa.

Dá a nossa indagação, se a dívida cresceu tanto, porque as obras não seguiram a mesma linha de crescimento?"

Aqui, Sr. Presidente, queria demonstrar a minha preocupação com este particular. Porque, ao verificarmos a mensagem do Sr. Ney Braga remetida a esta Casa, na página 185, diz que a dívida externa é de 27,6 bilhões, e a dívida interna é de 3,26 bilhões de cruzeiros, em 31 de dezembro de 1979.

Ocorre que, ontem, ao verificarmos o jornal "Diário do Paraná", consta na sua página seis, no segundo caderno, onde o Tribunal de Contas aprova as contas do Estado do Paraná, diz que a dívida do Estado em 31/12/79, era da importância de 13.492 bilhões de cruzeiros.

Então, a nossa preocupação - e temos batido em cima desta tecla - é que há dias atrás apresentamos a esta Casa um projeto de lei onde esta Casa cria uma Comissão Especial de Fiscalização e controle tanto da administração direta como indireta, porque isto é realmente preocupante.

O Tribunal de Contas diz que a dívida é de 13.492 bilhões de cruzeiros, em 31/12, de acordo com o balanço remetido, e

Sua Excelência ao remeter a esta Casa as considerações sobre a sua administração, diz que a dívida é de 27,6 bilhões, a dívida externa, e 3,234 bilhões, a dívida interna.

É realmente preocupante.

Se as obras estão paralisadas, se vemos um Estado totalmente paralisado, não pode uma dívida crescer tanto, de 5 para 30 e o povo do Paraná precisa ser esclarecido, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Concedo o aparte ao Deputado Renato Bernardi, e, logo em seguida ao Deputado Lineu Turra.

O Sr. Renato Bernardi — Deputado Darcy Deitos, estava ouvindo o pronunciamento de Vossa Excelência e ia fazer umas considerações iniciais dentro das colocações preliminares que o companheiro fazia sobre a situação do Paraná.

Entretanto a partir daí, a partir de determinado momento, Vossa Excelência começa a citar setores específicos da administração estadual, num quadro de referências, e num quadro comparativo da situação em que todos nós estamos mergulhados, e já aí esclareceu a mim satisfatoriamente, de algumas considerações que eu desejava fazer inicialmente neste aparte.

Mas, mesmo passada aquela fase inicial em que nós gostaríamos de colaborar no pronunciamento de Vossa Excelência, em se tratando da situação paranaense, eu devo dizer a Vossa Excelência que, acompanhando as colocações feitas desta tribuna, vejo também que o caso do Estado do Paraná é crítico, mas não é um caso isolado.

Parece-me que este nosso Estado sofre fundamentalmente mais do que os outros Estados Brasileiros, as consequências funestas do modelo econômico implantado neste País.

Um Estado predominantemente agrícola, um Estado que esteve na década de 60 com uma renda per-capita entre as mais altas do País, e que, em razão e em função deste modelo econômico, vê hoje o seu interior sendo esvaziado, a nossa população perdendo a sua identidade cultural, a sua identidade rural; grandes massas humanas sendo deslocadas do interior, sendo remetidas para outras regiões do País, como o caso da Amazônia, e do Paraguai, e mais do que isso, obrigando-se a uma deslocação de mão-de-obra desqualificada e despreparada para um novo setor de atividade, embora fosse altamente preparada para o setor primário, o setor inicial, onde esta mão-de-obra operava, que era na agricultura, e nós hoje, assistimos no Paraná, concentrando a população nos grandes centros urbanos, mas com uma qualidade de vida cada vez mais depreciada, de forma a contestar flagrantemente aquilo que Vossa Excelência colocava no início do seu pronunciamento, quando dizia, reportando-se à palavra do Sr. Ney Braga, de que a meta básica essencial do seu governo seria o homem.

Entendo que o parâmetro básico de se entender se o objetivo básico, sendo o homem, esteja sendo atingido ou não, seria exatamente a qualidade de vida, da qual possa ser possuído este homem, esta criatura humana.

E se Vossa Excelência comparar os dados que temos na década de 60, com os dados que entramos na década de 80, Vossa Excelência constata flagrantemente que a qualidade de vida do paranaense foi depreciada, principalmente no indicador básico que é a renda per-capita.

Então, vejo com grande preocupação, a abordagem que Vossa Excelência faz hoje, da situação geral do Paraná, e tem, claro, a minha solidariedade no seu pronunciamento, e, acima de tudo, os meus cumprimentos pela preocupação que num final de período legislativo, às vésperas de um recesso, Vossa Excelência levanta com tanta propriedade nesta Casa.

O SR. DARCY DEITOS — Eu é que agradeço o seu aparte,

Deputado Renato Bernardi, porque é realmente preocupante no Paraná.

Poderá se argüir: não, a coisa está difícil, atravessamos uma época difícil, o problema é internacional, com relexos internacionais etc. e etc.

Ocorre que o Paraná teve um acréscimo de renda de ICM, nos primeiros três meses deste ano, de 106 por cento, com relação ao ano de 78. A arrecadação do Estado cresceu e a dívida cresceu. Dívida que, para mim, é preocupante, porque não está claro e não consegui entender.

Não sei se, na Mensagem, está a dívida das empresas de economia mista. Não está claro. Por isso que me preocupa. Porque, este Poder, que representa legitimamente o povo deste Estado, deveria ter uma comissão especial para acompanhar as obras, o endividamento deste Estado, ter condições de observar, porque o Estado está com as obras totalmente paralisadas.

E só para citar, especificamente na minha Região, o acesso de Mamoré com a BR 369 — há um ano e meio atrás eu já cobrava, desta tribuna, a conclusão desse acesso —, não foi reativado. O recapeamento do acesso de Campina da Lagoa com a BR 369, porque foi construída em 1.978, na época política e a estrada, hoje, é uma calamidade. Então tem que ser recapada e já foi solicitado. A estrada Campo Mourão—Pitanga, sofreu uma paralisação e se anuncia que será reativada, ou já foi reativada. Só para citar, esses três fatos, em minha Região, fatos concretos.

Agora, argüir-se que verbas não existem, isso não concordo.

O Sr. Lineu Turra — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Nobre Deputado, vejo Vossa Excelência fazendo uma análise da situação do Paraná, na atual administração.

E, realmente, é esse o tipo de comportamento que devem ter todos os representantes do povo, das casas legislativas, porque essa é uma maneira de sensibilizarmos os responsáveis pela administração, mostrando a sua omissão, as suas deficiências, na execução de obras públicas, enfim, dos orçamentos públicos.

Se, por vezes, temos sido criticados pelos Deputados do Governo, que dizem que a Oposição não apresenta fórmulas para a solução dos problemas nacionais, estaduais e municipais, está aí um dos posicionamentos, um dos muitos posicionamentos que têm tido os homens da Oposição, em mostrar ao Governo, os pontos negativos da sua administração. Porque, os pontos positivos, não precisam ser ressaltados, esses o povo verá, o povo sentirá.

Acredito que é uma obrigação de todo responsável pela administração pública, por aqueles que têm a responsabilidade de conduzir o bem público, de conduzir bem. Essa é uma responsabilidade, uma obrigação que não precisa ser ressaltada.

O que deve ser pensado é, na parte negativa.

Pois bem, nós temos observado que a Administração Estadual está sendo, efetivamente, deficiente. Muitas vezes, andando pelo interior ou conversando com homens paranaenses, somos interpelados do por que mantivemos, no primeiro ano de administração atual, um comportamento assim não tão contundente em relação à Administração Pública, nos nossos posicionamentos nesta Casa.

Então ponderamos, sempre, de que teríamos que dar uma oportunidade para o Governo se familiarizar com a situação do Estado, com as obras que estavam em andamento, enfim, entrosar-se com a Administração Pública, se bem que, no caso do Paraná, em se tratando de um ex-Governador que assumia o Governo do Estado e que, quando foi nomeado para o cargo de Governador, já estava familiarizado porque ele mesmo, com a sua equipe, parece-me, elaborou o orçamento

para a execução do ano seguinte em que ele haveria de assumir a Administração deste Estado; com a sua equipe, parece-me até, e segundo notícias dos jornais, em escritório por ele montado nesta Capital, já foi responsável pela elaboração do orçamento do exercício seguinte; por conseguinte, eu não vejo por quê haveríamos nós de ficarmos assim de uma forma até, como eu diria, complacente, com o Sr. Governador, desde o primeiro ano de sua administração, em não fazermos críticas contundentes como estava a merecer uma administração deficiente.

E eu digo deficiente, porque Vossa Excelência citou obras, estradas, rodovias que haviam sido iniciadas em Administração anterior que estavam em franca construção e, de imediato, essas estradas foram paralisadas sob a alegação de que o Estado estava em difícil situação financeira, e em dívidas com empreiteiras que estavam a ponto de fechar suas portas e despedir empregados.

Pois bem, de lá para cá, daí para cá, não se viu nada que se pudesse sentir concretamente com relação à Administração, e eu vi até, a estrada Palmeiras—Ponta-Grossa, estrada pela qual muito trabalhei nesta Casa como, acredito, esta Casa possa testemunhar, e isto sem nenhuma vaidade de minha parte, mas a minha obrigação eu cumpria, porém, a estrada que era para ser entregue ao tráfego em outubro do ano passado, até agora ainda não foi concluída, apesar de que já, quando este atual Governo assumiu haviam, parece-me, construídos cinco ou seis quilômetros dos trinta e oito; o acesso BR 277 Porto Amazonas, interrompido, até agora não foi dado conclusão, mas, estava no plano de obras, a estrada para ligar Cordélia a Braga Ney já com uma grande parte da terraplanagem feita, também paralisadas naquelas obras, está lá um grande centro produtor de cereais, em dias de chuva impossibilitado até de tráfego.

De sorte que, eu não queria e todos podem ser testemunhas, tenho um comportamento eu diria, até complacente com a atual Administração, como eu disse, eu não gostaria de ressaltar estes pontos negativos como tantos outros, sobre o empobrecimento do Paraná, que Vossa Excelência e o Deputado Renato Bernardi tão bem citaram aqui.

O Paraná é um Estado que, nesses últimos tempos tem empobrecido e é o Estado de renda "per capita" mais baixa não só nacional, como também regional.

Portanto, Deputado Darcy Deitos, eu queria dizer a Vossa Excelência que nós, de agora em diante teremos que adotar uma atitude de vigilância nesta Casa, e cobrar da Administração Estadual, um outro posicionamento, um outro tipo de condução na Administração Pública deste Estado, que estão sendo contrários ao desenvolvimento e aos interesses do Paraná.

O SR. DARCY DEITOS — Agradeço, eminente Deputado.

Concedo aparte, ao eminente Líder do PDS, Deputado Erondy Silvério.

O Sr. Erondy Silvério — Agradeço a oportunidade que Vossa Excelência me dá, para dizer que nós não concordamos, em nossa Bancada, quando Vossa Excelência afirma que houve, que está havendo obstrução com referência à CPI que deve apurar irregularidades no DETRAN.

O que houve, os episódios que antecederam a renúncia da totalidade dos membros à exceção do Presidente, Deputado Túlio Zanchetti, mas a totalidade dos membros do PDS naquela Comissão, Vossa Excelência conhece os episódios que se antecederam.

Mas, deixando de lado as renúncias naquela Comissão — evidentemente que nós designaremos outros companheiros para integrá-la.

Não há absolutamente, por parte da Bancada do Governo, nenhum interesse em criar obstáculos aos trabalhos daquela Comissão. Mesmo porque, as irregularidades que vieram

à tona, que vieram a público e das quais se serviu o nobre Deputado autor da proposição, solicitando a instalação da CPI nobre Deputado que integra com muito brilho a Bancada de Vossa Excelência, evidente que partiram deste Governo as denúncias, as substituições, as demissões.

O DETRAN, no atual Governo, exonerou dezenas e dezenas de auto-escolas, de despachantes em que seus funcionários em inquéritos administrativo, para posteriormente, entregá-los à justiça comum.

Então, se este Governo fez as denúncias e se irregularidades existiram, são de inteira responsabilidade do Governo anterior.

Portanto, não há nenhum interesse do atual Governo em criar obstáculos ao funcionamento desta Comissão, absolutamente.

Então, eu gostaria que Vossa Excelência levasse em conta isso, antes de fazer afirmativas ao meu ver precipitadas, que não são do feitio de Vossa Excelência. Até estou estranhando que Vossa Excelência diga que há um interesse deliberado de nossa Bancada de não permitir o funcionamento da CPI.

Quanto a dívida externa eu, evidentemente estranho que Vossa Excelência tenha lido aí num relatório que ela chegue a 26 bilhões de cruzeiros. Porque ao que me consta, a dívida externa do Paraná são, aproximadamente 9 bilhões no principal e mais 4 bilhões e picos de juros. Pelo menos é isso que eu li num relatório do Tribunal de Contas e foram essas as declarações.

O SR. DARCY DEITOS — Página 185, eminente Líder.

O Sr. Erondy Silvério — Não, Vossa Excelência não precisa mostrar-me, porque Vossa Excelência já disse e eu sou bom de ouvido; ouvi bem e sei até o número da página. Só estou dizendo que eu estranho e deve haver algum equívoco, porque o próprio Secretário de Finanças nesta Casa, afirmou que a nossa dívida não ultrapassava a 13 bilhões de cruzeiros.

O SR. DARCY DEITOS — mas, isso em 31 e de março de 79.

O Sr. Erondy Silvério — De lá para cá, o Governo só contraiu dívida autorizada por esta Casa, na ordem de 250 milhões de dólares. Vossa Excelência sabe disso; foi a única autorização legislativa que o Governo obteve, e isto não representa 13 bilhões de cruzeiros, Vossa Excelência sabe disso.

Então, vou analisar oportunamente, esclarecer Vossa Excelência porque há realmente um desencontro entre o que afirmou aqui o Secretário de Finanças e mais a...

O SR. DARCY DEITOS — Eu fui claro nas minhas afirmações, inclusive na da minha preocupação com esta dívida.

O Sr. Erondy Silvério — Justas, justas as preocupações de Vossa Excelência.

Agora, com a paralisação de diversas obras, Vossa Excelência deve ler também nesse relatório, que a dívida interna é na ordem de 3 bilhões e 500 milhões.

Não quero aqui absolutamente, fazer acusações a ninguém, mas diversas e diversas obras que foram iniciadas no Governo anterior, no final, no último ano não foram pagas um centavo sequer. Então, o primeiro ano da administração Ney Braga, foi só para pagar 3 bilhões e 500 milhões de dívida que ultrapassava em muito o orçamento da Secretaria dos Transportes. E, este Governo, não contou ainda com dinheiros a fundos perdidos, porque é política do Governo Federal de desaquecer a economia. Portanto, cortou os auxílios aos Estados, que vinham antigamente a fundos perdidos que possibilitaram ao Governo anterior fazer uma belíssima administração e uma percentagem record de quilômetros asfaltados.

Então, são dificuldades naturais.

O crescimento da Receita que Vossa Excelência fala

de ICM, de 106%, Vossa Excelência há de convir porque Vossa Excelência é o primeiro que afirmou nesta Casa, e também companheiros de bancada de Vossa Excelência que a inflação atingiu já a casa dos 100%.

Então vê Vossa Excelência que esse crescimento do ICM é vegetativo. Ele acompanha apenas a inflação. Não houve o crescimento real.

A par disso o Governo também teve gastos, principalmente com a reformulação do Programa de Educação, onde o Governo passou de uma folha de 400 milhões para um bilhão e cem milhões.

Então, vê Vossa Excelência que algumas obras que estão efetivamente paralisadas, não é por descaso do Governo, não é por má vontade, porque qual o Governo que não quer realizar, que não quer fazer obras, que não quer perpetuar o seu nome, perante os seus concidadãos? É que existem dificuldades naturais, dificuldades da difícil conjuntura que atravessa a Nação brasileira.

Então, é evidente que essas obras serão retomadas, reiniciadas; mas até agora só foi possível colocar a casa em ordem. Felizmente as dívidas foram pagas. Agora o Governo vai reiniciar todas essas obras.

Agradeço o aparte que Vossa Excelência me proporcionou e peço excusas pelo tempo que roubei a Vossa Excelência.

O SR. DARCY DEITOS — Eminentíssimo Deputado Erondy Silvério, fico até assim surpreso com as colocações de Vossa Excelência, com referência ao DETRAN. Agora já se vão para três semestres de execução de um Orçamento, onde este Governo tem conhecimento dele. Então não justifica que em três semestres de atividade, obra nenhuma realmente de muito tenha sido concluída neste Estado.

Mas finalizo, Sr. Presidente, para encerrar, dizendo de que infelizmente não encontramos a resposta, porque ela é o fruto de uma administração que não está voltada para atender o povo deste Estado, para atender os altos interesses dos que aqui trabalham, mas sim está voltada para atender interesses de grupos que aqui se alojaram e que fazem deste Estado simplesmente o seu fator de enriquecimento.

É essa a razão de hoje ocuparmos esta tribuna, para em nome do povo do Estado do Paraná, exigirmos que se volte à normalidade administrativa, que se volte ao reencontro do desenvolvimento e do progresso, para que os paranaenses novamente possam se ufanar de seu Estado e vejam definitivamente suas aspirações progressistas realizadas.

E é por isso também, Sr. Presidente, que nós reafirmamos aqui desta tribuna, pelos fatos aqui relatados. Somos favoráveis à convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, com eleições diretas para todos os níveis, porque Democracia chama-se alternância no poder e nós não temos tido neste Paraná, nos últimos vinte anos.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa registra com satisfação, a presença em nosso plenário do Sr. Edmundo Caetano Pinto, Vereador de Chopinzinho.

No horário reservado ao PMDB, concedo a palavra ao nobre Deputado Deni Schwartz.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Por delegação da liderança do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, venho a esta tribuna para tentar dialogar ou responder os discursos com que este Plenário foi brindado pelo Excelentíssimo Sr. Deputado Erondy Silvério, Líder do Governo e do PDS, nesta Casa.

O primeiro, foi o debate às críticas do Deputado Waldyr Pugliesi sobre o problema das eleições de 1980. E o segundo, uma resposta às críticas que o Deputado Gernote Kirinus lhe dirigiu ao fazer um importante pronunciamento sobre a questão nuclear no Brasil.

Desejo responder aos dois pronunciamentos, menos por um sentimento partidário, de grei política, do que por restabelecer verdades e mentiras nas questões essenciais com que nos defrontamos na atualidade.

Além disso, as afirmativas dos dois Deputados do meu Partido, estão sustentadas em nosso programa político e em nossos compromissos populares.

Constatamos que a fala do Líder do PDS nos parece muito embaraçosa, para quem acredita em programas políticos, pois, o próprio programa do PDS desautorizaria o seu discurso.

Posso assim, compreender que o Deputado Erondy Silvério é a favor do cumprimento da Constituição Federal a respeito das eleições, mas o líder do Governo é contra, por uma questão, em sua opinião, de oportunidade. Entendo que o comentarista político que é, se posiciona a favor do programa do PDS, mas o Líder do PDS é contra, por um problema de casuísmo ou de oportunidade.

O que acha o cidadão não é a mesma coisa que o político. O que pensa o Deputado não se ajusta ao pensamento do Líder do PDS; e o que fala o Líder do PDS, precisa ser ajustado à linha do Líder do Governo, mantendo-se a personalidade, a coerência, a fé em princípios, a inteireza civil, mas as oportunidades é que são contraditórias.

Naturalmente, a culpa existe e esta culpa é do casuísmo do Governo, o mandante, o autor intelectual desses desenhos. Estes são os fatos.

O Líder do Governo, o Líder do PDS, assaca de demagógica a manifestação das oposições em favor do mandamento constitucional pelas eleições de 1980. Condena a exigência do cumprimento da Constituição outorgado pelo próprio sistema, com a esforçada colaboração da então Arena.

Também demagógica seria a presença de centenas de Parlamentares Municipais, de Vereadores, em nossa Capital, ou de dezenas, na Capital Federal, trazidos pelos pelegos do municipalismo pátrio, para pedirem a prorrogação de seus próprios mandatos.

O Deputado, no caso, prefere ser crítico de intenções. O Líder do Governo, nesta Casa, é quem diz quando as intenções são boas. Não importando se é a Justiça, a Lei, a Constituição, que estão em causa. Não importa quem serve, se ao povo, se ao casuísmo.

O comentarista político é reputado por suas manifestações a favor das causas populares, por suas pregações independentes, defendendo os sagrados interesses do povo. É, em verdade, um crítico do Governo e do sistema. Mas, chegado à Assembleia Legislativa do Paraná, há uma transformação. Sua Excelência se investe, como agente do Governo, como juiz das oportunidades e das intenções.

Considero que o rebate do Líder do PDS à campanha pelas eleições em 1980, acaba atingindo uma das quatro nuances da personalidade política de Sua Excelência. Porém a estas contradições, já nos habituamos.

O mais significativo, no entanto, é que o Deputado, com sua verve ferina, procurou ironizar, apelar para a chacota com um seu colega. Não respondeu com seriedade, às vezes contundente, que utiliza o Deputado Kirinus.

Sua Excelência, depois de uma vitória internacional sobre acidentes nucleares, mostrando inclusive os benefícios dos regimes abertos, ao se saberem os problemas, esqueceu que este é um dos pontos fundamentais da Oposição brasileira. Que este é um dos pontos que levou ao desgaste total do Senado Federal, ainda há poucos dias. Porque foi a Oposição brasileira que, ao exigir que um general lá comparecesse para falar sobre a política energética nuclear do País, teve o seu pedido negado num verdadeiro desmoronamento do sistema

parlamentar brasileiro.

Realmente é isto que a Oposição quer. A Oposição que as coisas nucleares sejam debatidas junto ao povo.

Disse o Líder do Governo que "Gunner Frag" não consta na enciclopédia. Acreditamos que nas várias enciclopédias existentes não existe o nome Gunner Frag ou André Gunder Frank e, nem por isto, algum autor ou estudo, deixam de ser importantes. Mas, mesmo não sabendo se o nome de André Gunder Frank consta das enciclopédias, ele foi citado pelo Deputado Kirinus como autor de um estudo, vários estudos, sobre o desenvolvimento da América Latina, alguns dos quais contestando inclusive, as teses formadas pela Comissão Econômica para a América Latina, sobre os dois mundos de nosso desenvolvimento.

Autor de trabalhos muito conhecidos no Brasil, como "Sociologia do Desenvolvimento e Subdesenvolvimento da Sociologia", André Gunder Frank é um renomado estudioso conhecido no Canadá, Estados Unidos e Europa e, inclusive, no Brasil, onde esteve.

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. DENI SCHWARTZ — Após a conclusão da leitura, eu concederei.

Isto não significa que a enciclopédia consultada pelo Líder do Governo deve ter seu nome, nem diminui ou autoriza o que ele disse.

O problema não é sobre o nome da pessoa que disse, e, sim, sobre o que disse.

Na verdade, não importa nem mesmo para a questão em foco, se as teses de André Gunder Frank são acertadas — e das quais inclusive, eu discordo —. O Deputado Gernote Kirinus o nomeou para tomar uma verdade geral — pelo menos aceita por grande parte da comunidade de economistas e sociólogos dedicados às fases históricas da humanidade.

O fato de que os modos de produção que conhecemos no Ocidente — pré-capitalista (escravista, feudal) e capitalista — não ocorreram ao mesmo tempo em todos os Países, nem debaixo das mesmas condições econômicas e sociais.

E como mudam as condições históricas e sociais no mundo, as novas transformações se dão com aspectos muito diferenciados em vários países.

Para entendimento do Deputado e suas fontes, a formação do capitalismo japonês, o italiano, o francês e o alemão é bem distinta. E a situação de Países como a Espanha, Portugal, Argentina, Irã, Indonésia, Brasil, com pontos de encontro, mas muitos de desencontros não autorizam o simplismo de avaliar tudo sobre critérios acadêmicos.

Em resumo, a citação do Deputado Kirinus nos diz que não somos a imagem do passado norte-americano, inglês, alemão ou francês. Como esses Países não representam a imagem de nosso futuro, será difícil entender? Cremos que não.

O capitalismo tardio do Brasil — consolidado depois da Segunda Guerra Mundial — nos faz prever: ou o desenvolvimento econômico e social de toda a Nação brasileira, com a participação consciente de seu povo, ou os caminhos do fascismo e do monopolismo que, em nome de minorias exploram e oprimem a Nação. Isto divide os caminhos políticos brasileiros e obriga os homens a lutarem por suas idéias e programas.

Sobre a utilização dos recursos energéticos, por exemplo, o centro do debate não está na graça literária, na ponta da grata. É mais sério. Queremos discutir e que a Nação inteira participe do que lhe diz respeito: o problema energético não é um assunto para o engrandecimento da tecnocracia civil e militar. Não é um assunto das megalomanias que marcam a corrupção e a incompetência deste Governo.

Hoje, acredita-se que temos um potencial hidráulico que já chega a mais de 300 milhões de quilowatts, isso se le-

vamos em conta os novos estudos sobre a Amazônia, e a cada dia novas avaliações nos mostram da riqueza brasileira. Temos condições de aproveitar energia de biomassa, solar, carvão, cana, babaçu, lenha. Temos condições naturais de chegar ano a ano 2.100, talvez, sem recorrermos à energia nuclear.

O que desejam as oposições, conscientemente, é que a comunidade científica brasileira e os representantes delegados do povo através de eleições, decidam a vida econômica, científica, social e política do Brasil. Que o povo viva a sua realidade íntima. E aí, cabe inclusive, razão ao Líder do PDS, quando, anteontem, ao citar os acidentes ocorridos, demonstrou que nos Estados Unidos se ficou sabendo dos acidentes. E nós queremos que isso ocorra no Brasil, que a energia nuclear seja debatida entre técnicos e políticos, mas não como está ocorrendo.

Desejamos que o País chegue à apropriação da energia nuclear através de centros de pesquisas básicas e de projetos que nos permitam controlar a tecnologia nuclear. Não através dos interesses dos grupos monopolistas internacionais e de seus sócios brasileiros. Não nos interessa importarmos uma tecnologia hoje ultrapassada nos Países mais avançados, e que estão sendo transferidas, no caso, para o Brasil.

O Governo brasileiro atual não tem a confiança dos brasileiros, nem de sua comunidade científica. Ainda, gostaria apenas de aproveitar os minutos finais, para um importante reparo a fazer ao pronunciamento do ilustre Líder, sobre o modelo agrícola brasileiro: o Brasil, na verdade, tem duas opções fundamentais a fazer: produzir para o seu consumo, para matar a fome dos brasileiros, ou produzir para exportar.

O primeiro é o principal; o segundo é o complementar.

Não foi bem entendido o que disse o nobre Deputado Gernote Kirinus, quando pareceu querer que voltássemos ao tempo do tacape. Não é isso que colocou o nobre Deputado Kirinus.

De fato, a tecnologia importada e implantada no Brasil, não está a satisfazer as necessidades. E aqui quando se falou, inclusive, no uso do arado de rabicho, do boi e do burro, para uma agricultura à brasileira, gostaria de chamar o testemunho de alguém, insuspeito — acredito — o agrônomo Hans Guinther, da ACARPA, da EMATER, que até criou — e está nos boletins daquele órgão — um neologismo: a burro-mecanização.

Quando a própria EMATER defende as necessidades da volta à burro-mecanização, nas pequenas propriedades paranaenses...

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência permite um aparte? — (Assentimento).

Nobre Deputado, apenas para me penitenciar com relação ao sociólogo Gunder Frank, de acordo com o que Vossa Excelência acaba de trazer ao conhecimento da Casa.

Havia me baseado apenas, e tão somente, nas notas taquígrafas, as quais tive oportunidade de mostrar a Vossa Excelência. Nas notas constava como sendo Gunner Frag. E realmente, esse cidadão é desconhecido.

Agora, Vossa Excelência traz a obra bibliográfica desse sociólogo.

Quero me penitenciar, sem entrar nos méritos do seu pensamento, ao qual sou totalmente contrário. Acho uma pessoa de direita, ultrapassado.

Não vou entrar nesse mérito, porque o tempo é curto e Vossa Excelência me fez a gentileza de dar-me esses trinta segundos; apenas quero me penitenciar: o erro não foi meu, foi das taquígrafas da Casa.

O SR. DENI SCHWARTZ — Concluo, Sr. Presidente, para dizer e, ontem, em aparte afirmava, que a classe política está submissa. E esses fatos confirmam, infelizmente, a nossa afirmação. Há necessidade que os debates venham para as tribunas das assembleias e do Congresso.

Mas esse debate só poderá ser feito se, realmente, a classe política resolver assumir a força que tem.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — Consulto a Liderança do PTB se deseja fazer uso do horário que, regimentalmente lhe é reservado.

O SR. MÁRIO CELSO — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Mário Celso.

O SR. MÁRIO CELSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Tenho dois assuntos a tratar, hoje, desta tribuna, mas primeiramente, gostaria de deixar registrado o meu pronunciamento a respeito da falta de autoridade para conter a remarcação de preços de mercadorias alimentícias, nos supermercados.

(Lê): "Empresários e até especialistas em economia e finanças têm se referido com escândalo ao subsídio que o Governo dá ao trigo visando a manter ao alcance do povo os preços do pão e outros produtos de consumo popular. O raciocínio das autoridades do Governo, certamente é que, já que nada se pode fazer para baixar o custo do leite e da carne, e muito pouco para baixar o custo do arroz e do feijão, pelo menos vamos aguentar o do pão para que pelo menos o cachorro quente e o sanduíche de mortandela continuem ao alcance dos biscoiteiros, peões de obras e vendedores de amendoins do nosso cotidiano urbano.

Os donos de indústrias — não as de alimentos, é óbvio — não se conformam que a União ponha 60 bilhões por ano em cima do trigo para manter baixo o preço do pão e das massas. Mas, pelo menos deveriam levar em consideração o fato de que o Governo também põe 90 bilhões do seu bolso para que as empresas recebam o óleo combustível pela metade do preço do refino. Pois, é de todos sabido que ele sai a 10 mil por tonelada e é bancado a pouco mais de cinco mil para as indústrias. Muito menos consideram eles que o trigo do pão só com muita dificuldade e vagar, poderia ser substituído pelo milho ou a soja — os únicos cereais de que o Brasil dispõe em abundância no momento — é que o óleo pode e deve ser substituído por um entre vários tipos de energia, a começar pela eletricidade e o carvão. Deveriam seguir o exemplo daqueles empresários pioneiros que estão alimentando as caldeiras de suas fábricas com carvão vegetal, madeira, restos de florestas e até serragem e outros sub-produtos de serrarias.

Muito menos levam em conta que o subsídio dado ao óleo combustível se destina a engrossar-lhe os lucros, enquanto o subsídio dado ao trigo é para minorar a fome do povo. Só que à sua sombra floresce a especulação com as massas alimentícias (um quilo de farinha de trigo sai por 5 ou 6 cruzeiros e um de macarrão custa 50 cruzeiros), que o Governo deve coibir, quanto antes.

Na realidade quem está sendo violentamente prejudicado é o bolso do trabalhador brasileiro. O custo de vida sobe a olhos vistos. Em Curitiba, o triste record do custo de vida atingiu índices incontroláveis e agressivos. A própria pesquisa do IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social) mostrou que nos 30 dias do mês de maio o custo de vida, em Curitiba, subiu 7,40%. Números frios e violentos, pois nos cinco primeiros meses do ano este mesmo custo subiu 33,95%, quebrando o record brasileiro que foi de 32,7%, segundo a Fundação Getúlio Vargas."

Faço um parêntesis aqui para dizer, que esses números, apesar de frios, não fui avaliá-los, para saber de sua veracidade. Apenas informo os números fornecidos pelo IPARDES, que já são aberrantes, acredito que possam ser até maiores.

"A grande preocupação está justa, ante o fato de que o item alimentação foi o que registrou a maior variação isolada, chegando a subir, em apenas 30 dias, 17,24%.

O que está faltando neste país é AUTORIDADE! Autoridade da SUNAB para controlar e fiscalizar mais rigorosamente

os preços dos produtos alimentícios. O nível de remarcação de preços em supermercados é algo realmente chocante. Autoridade falta também do próprio Governo que precisa exercer uma ação de congelamento de preços, doa a quem doer. O que não podemos aceitar é o nível violento deste aumento, destruindo qualquer orçamento doméstico."

Era isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a respeito desta colocação e desta pesquisa levantada pelo IPARDES, dando conta do nível incrível do aumento do custo de vida.

O Sr. Fiori Luiz — Vossa Excelência permite um aparte? — (Assentimento).

O nobre Deputado colocou o problema da Fundação Getúlio Vargas: para mim, é altamente suspeita esta Fundação. Porque esses dias atrás, o Diretor Geral da Fundação Getúlio Vargas, teve uma reunião com Delfim Neto a portas fechadas, extra-agenda. Ninguém ficou sabendo. E ontem já os jornais colocaram: inflação, vai chegar no máximo a 5%. Quer dizer, é tudo na base da farinha do mesmo saco. Não dá para confiar nos dados e nas estatísticas da Fundação Getúlio Vargas, porque ela trabalha; é uma extensão do Ministério do Planejamento. Porque esta reunião ninguém ficou sabendo. Foi secreta. O que o Sr. Delfim Neto deve ter dito para o Diretor da Fundação? Quando nós sabemos que a inflação chega a 12% ao mês, 15% em termos de gêneros alimentícios, de primeira necessidade. Passa de 15%. E a gente tem que engolir, estes dados altamente suspeitos da Fundação Getúlio Vargas que é um órgão paralelo, auxiliar, desta ditadura que está implantada no País.

O SR. MÁRIO CELSO — Muito obrigado, pelo seu aparte. Inclusive abri um parêntesis quando falei sobre os números de informações do IPARDES. Conseqüentemente também extensivos à Fundação Getúlio Vargas. E mesmo assim, mesmo com dados suspeitos, mesmo com manipulação de números, nós encontramos o custo de vida aqui em Curitiba, batendo o record nacional, superando a marca dos 32% da Fundação Getúlio Vargas.

Mesmo assim, outro assunto que eu gostaria de trazer à tribuna e levar ao conhecimento dos Srs. Deputados é da violência que vem sendo praticada dentro de um Instituto de Assistência ao Menor, através de um de seus Departamentos que é o CEDIT. Estamos notando uma insuficiência, uma incapacidade até, dos homens que estão controlando este setor, porque não conseguem proporcionar um retorno do menor a sua reintegração à sociedade.

Lemos dias atrás, nos jornais a notícia do menor Walter Roberto do Nascimento, de apenas 12 anos. Foi encontrado morto dentro do CEDIT; foi encaminhado o corpo ao Instituto Médico Legal, sem que a família fosse avisada. No livro de ocorrência de óbito, foi registrada uma ficha como óbito natural; a ficha do CEDIT foi encontrada sem fotografia do garoto. Então, vários fatos que despertam suspeitas.

Depois, o jornal "Gazeta do Povo" na sua edição de domingo, dia 22, mostrou uma reportagem com fotos chocantes até dos fotógrafos Carlos Aguiar e Joel Cerizza, dando conta do que está acontecendo dentro do CEDIT.

O que nós estranhamos é que o CEDIT é um órgão de triagem, mas cercado por muros altíssimos e com uma vigilância acima do normal. Ora, se é um centro de triagem, não é um local apropriado para detenção de ninguém. É apenas um setor onde deve ser feita a triagem do menor e posterior encaminhamento ou ao Instituto Correccional, ou a um órgão, a uma escola, que possa recuperá-lo para a sociedade, como é o caso da Escola Ivone Pimentel para mulheres e da Queiroz Filho, de Campo Comprido para homens, e assim por diante. Mas o que não vem acontecendo. Sabemos que por mês passam 400 crianças pelo CEDIT, das quais algumas ficam internadas. Atualmente, o CEDIT tem como internas 50 crianças de colo e outra dezenas de menores, variando na idade de 4 a 17 anos, e que lá estão

abrigadas dentro desses muros intransponíveis.

Este Parlamentar que fala neste momento, desta tribuna, esteve tempos atrás visitando o CEDIT e foi proibido de lá penetrar, quando inclusive, na ocasião, exercia a presidência da CPI do menor. E viemos à tribuna e denunciarmos o fato à Casa. Fizemos a denúncia. O próprio diretor do IAM, depois em conversa particular, nos pediu desculpas e explicou a verdade do que estava acontecendo. E ele realmente chamou à responsabilidade, a Diretoria do CEDIT. E soubemos então, de que houve falhas.

Fomos impedidos de entrar. E agora estamos sabendo, através da Imprensa, por quê? Com fotos incríveis. Inclusive, Joel Cerizza que é fotógrafo da Gazeta do Povo, do Diário Popular, também foi fotógrafo durante 20 dias no CEDIT, trabalhando lá dentro. E quando ele saiu do CEDIT, recolheram todos os negativos, porque sabiam que alguma coisa poderia naturalmente ser levada ao conhecimento do público. E as fotos são estarrecedoras.

Na edição de hoje dos jornais, as notícias policiais dão conta de que ex-internos confirmam denúncias contra o CEDIT. Aí está a declaração de José Antônio dos Santos, natural de Porto Amazonas, que passou um ano no CEDIT e não hesitou em relatar maus momentos vividos dentro daquela "escola": espancamentos. Quarto especial para espancamentos. Neste quarto, inclusive, abrigam dez menores, ficavam lá como castigo dez menores. Uma cama só. O que isso aí desperta? O homossexualismo. Dez menores em uma cama? A prática do homossexualismo vai florescer naturalmente. Não tem a menor dúvida, além de outros problemas. Os maiores levam a melhor contra os menores. E lá não tem distinção de idade. Garoto que estava há um mês para completar 18 anos, nesta sala de castigos, junto com meninos de 11 anos, de 8 anos... Porque eram considerados marginais, dentro do próprio CEDIT. Então, são realmente denúncias violentas.

Fala-se aqui também, diz que um dos funcionários do órgão, identificado como Carlos é o perigoso lá dentro; que pratica espancamentos. O L.C.I.P. e A.N.R.S., dois menores, um de 16 e outro de 17 anos, confirmaram denúncias anteriores.

Porque anteriormente à edição de domingo, o jornal "Gazeta do Povo" publicou uma denúncia, dando conta de que o tal de Carlão, que deve ser o mesmo Carlos, é o rei do espancamento; e que deu um pontapé numa interna de nome Valtirene. Esta estava grávida e chegou a abortar. Foi recolhida a uma clínica médica e abortou. Passou pela Delegacia de Proteção ao Menor e novamente voltou para o CEDIT, para enfrentar o tal do Carlão. Então, naturalmente, estamos estarrecidos com as denúncias que estão sendo feitas, e nos sentimos com a responsabilidade de trazer a matéria para o debate dos companheiros e para que possamos então novamente exercer uma ação que possa trazer alguma solução ideal, para a proteção desses menores.

Os menores Eleutério e Gerri, ambos de 11 anos, que permaneceram internados por mais de um ano no CEDIT, ao serem encontrados catando papel no centro da cidade, contaram que os "tios" Ari e Walmor, entre aspas, eram os piores. Aqui está outra denúncia, também sobre maus elementos. E diz que lá eles encontram em abundância um certo tipo de palha, que é fornecida aos menores. Essa palha é enrolada num papel e se formam cigarros. Que esses cigarros, segundo os garotos, deixam eles tontos e sentem uma vibração especial. Naturalmente algum tóxico que é colocado e que, inclusive, várias pessoas desmaiaram com uma grande dor de cabeça, quando sentiram esse tipo de vibração, para eles, positiva. Eles desconhecem o grau de negatividade e de perigo que existe nesses cigarros.

Então, é exatamente na Capital, aqui em Curitiba, onde temos a central do CEDIT, e face à emigração acentuada também, que nós encontramos esse problema que o Governo está sendo incapaz de solucionar. Porque nós, segundo dados da pró-

pria CPI do Menor, encontramos um milhão de menores abandonados. De menores carenciados aqui no Paraná. Para atender esta população carente e abandonada é realmente muito difícil, nós sabemos. Então, vamos procurar agora, levantar esses fatos; sabemos das dificuldades, mas precisamos trazer essa denúncia. Porque o que não concordamos é com espancamentos e com a proibição de visitas ao CEDIT, por parte de autoridades.

Era isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados.. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Praga Côrtes). — No horário reservado ao horário do PDS, concedo a palavra ao Deputado Ruben Valduga.

O SR. RUBEN VALDUGA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupo a tribuna para comentar um requerimento que está na mesa para ser submetido a este Plenário, que trata da construção de um "ferry boat", na represa do Capivara, situado na região do Médio Paranapanema, exatamente no ponto situado entre Alvorada do Sul e o Município de Iepê.

Ocorre que com a construção da Usina, houve uma inundação de aproximadamente 8.500 alqueires, o que ocasionou também a submersão de uma ponte, a mais antiga ponte do Rio Paranapanema, obrigando com que a população dos Municípios de Alvorada, Bela Vista, Sertãoópolis, ou mesmo de Londrina, que se destina ao Estado de São Paulo, seja obrigada a percorrer uma distância superior a 50 quilômetros, para então reencontrar a antiga rota. O que ocasiona, além da despesa de combustível, os desgastes naturais, e com a ligação, através de um "ferry boat", haverá grande economia, tanto de combustível, como de pneus, enfim, e barateará o transporte entre essas regiões. É de se notar que a região de Alvorada do Sul sedia uma das mais importantes cooperativas agrícolas do Paraná. E é responsável por grande parte da produção de cereais do nosso Estado. Se não me engano, deve ser a terceira ou quarta em volume, na região Norte do Paraná. E, dada ao excelente trabalho, a excelente implantação dessa cooperativa, já foi solicitado e já se implantou no Estado de São Paulo. De forma que a produção daqueles Municípios de Taciba, de Paraguaçu, alguns de Assis, é trazida para Alvorada do Sul, obrigando então, a percorrer essa diferença de 50 quilômetros no transporte de cereais. E sabem o que significa o gasto de aproximadamente mil caminhões diários, percorrendo uma distância, nessas condições? Sugerimos também, à guisa de economia de combustível, ou como alternativa ao consumo de petróleo, dado que o "ferry boat" pode ser construído com alternância variada, estamos sugerindo que seja ele construído para ser acionado a carvão, semelhante às embarcações antigas, sendo que já temos no Paraná, minas ativas em condições de fornecer carvão. E não é só pelo fato em si, mas pela posição e pela mostra que dará, uma informação permanente da possibilidade de substituição do combustível pelo carvão. Além do que, dada a beleza da região, será sem dúvida também uma atração turística. Em todos os sentidos é recomendável que se construa ali um "ferry boat".

Quero adiantar que o Estado de São Paulo também está empenhado em semelhante campanha. Seria feito em convênio com o Estado de São Paulo, com a Secretaria dos Transportes. Daí porque estou encaminhando este pedido a Sua Excelência o Sr. Governador do Estado, e também ao Sr. Secretário dos Transportes desse Estado.

É de se notar ainda que uma grande parte da população estudantil daquela região, procura as escolas noturnas de Presidente Prudente, de Quatá, Rancharia, Assis, e são obrigados a percorrer também 50 quilômetros a mais, o que ocasiona um gasto além das possibilidades normais do estudante. Daí porque, esse pedido vem atender a todos esses setores aqui levantados, razão pela qual peço que ao ser submetido a esse colendo Plenário, seja aprovado, dadas as suas relevantes razões de ordem social, e também no sentido turístico.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Ainda no Horário reservado à Liderança do PDS, por sete minutos, concedo a palavra ao nobre Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Venho a esta tribuna hoje para registrar os nossos agradecimentos em nome dos Municípios de Bom Sucesso, de Marumbi, de Cambira e de Rio Bom, pelo apoio recebido desde a noite passada, pela grande campanha iniciada pela Rádio Guairacá de Mandaguari, especialmente o Programa "Pinga Fogo", e "João Brena", para atendimento às vítimas do vendaval ocorrido na região do Vale do Ivaí, em data de ontem, em que deixou muitas famílias desabrigadas, com algumas mortes. E hoje pudemos notar, já pela manhã, pela comunicação que recebia, a solidariedade, a união do povo da região do Vale do Ivaí e o espírito humanitário. Agora há pouco, quando voltava o Prefeito de Marumbi a trazer a notícia de que no Município de Jandaia do Sul, todo o povo unido já estava com alimentos, com agasalhos e preparado para encaminhar aos municípios mais atingidos. Toda a região do Vale do Ivaí se reuniu no pronto atendimento e daqui de Curitiba, também hoje pela manhã, recebi a comunicação do Governador Ney Braga, dizendo que havia determinado à Secretaria de Segurança Pública que verificasse, junto aos Prefeitos e às Delegacias e que fizesse um levantamento com a máxima urgência da real situação de cada um desses municípios, para que ele pudesse mandar os socorros necessários para o atendimento ao povo desabrigado. Os primeiros socorros foram feitos pelas comunidades daqueles municípios, e agora se prontifica o Governador, a dar atendimento àquelas famílias desabrigadas, auxiliando a reconstrução de suas moradias e outros atendimentos necessários a esses municípios. Queremos agradecer imensamente este apoio. Sabemos que hoje, pela manhã, já saiu o Secretário de Segurança Pública, indo à cidade de Irati, a mais atingida, deixando aqui em Curitiba o Major Broklyn fazendo contatos com esses municípios, quando procurava se inteirar da situação. Por isto, é que, com satisfação dizemos que representamos essa região que em todos os momentos podemos constatar a união daquele povo que procura socorrer aqueles que necessitam de apoio. Quero agradecer então, especialmente, a esses municípios vizinhos que prestaram socorros e ao Governador Ney Braga.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa consultará a Liderança do Partido Popular, se deseja fazer uso do seu horário.

Com a palavra, o Deputado Edilson Alencar.

O SR. EDILSON ALENCAR — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): "O direito de associação é próprio de uma sociedade democrática. Temos observado, porém, no decurso dos últimos dezesseis anos, no Brasil, que certos segmentos da sociedade ficaram impedidos do exercício desse direito, sobretudo os estudantes e os trabalhadores. Os sindicatos sofrem a tutela do Ministério do Trabalho, e são cerceados em sua ação em defesa das categorias profissionais que defendem. Os estudantes tiveram pairando sobre suas cabeças, como nova espada de Dâmo-cles, uma legislação intimidadora e bastante dura. Enquanto vigente, a Constituição Federal de 1946 sofreu violações sucessivas da parte dos que se empoleiraram no poder, a partir de 1964. E os famigerados decretos-leis transformaram os diretórios estudantis, e deixaram-nos como instrumentos de uma suposta legalidade, apoiada no arbítrio e na força. A extinção da UNE exemplifica o quadro de violência então vivido. E agora, no seu ressurgimento, o Governo não só lhe negou a antiga sede, como também cuidou de demolí-la, para que seja esquecido, de vez, o símbolo da resistência à opressão e à ditadura.

O Governo do Paraná, tendo, inacreditavelmente à testa, um ex-Ministro da Educação e Cultura, continua a preju-

dicar as entidades estudantis. Fundamenta-se, para esse fim, em parecer odioso, datado de 1967, de autoria do Conselho Estadual de Educação.

A União Paranaense dos Estudantes Secundários, sucedida pela União Paranaense dos Estudantes de Primeiro e Segundo Graus, havia encaminhado à Secretaria da Educação e Cultura, um memorial objetivando obter autorização para expedição de carteirinhas aos seus filiados, na Capital e no interior do Estado. Esse memorial foi apenso num processo de consulta daquela repartição ao Conselho Estadual de Educação, então presidido pelo Sr. Véspero Mendes, hoje Secretário de Planejamento do Governo Ney Braga. O Conselho vetou a iniciativa, ao afirmar que a expedição de carteirinhas era da competência da direção dos estabelecimentos de ensino, e ao acusar a "indústria de carteirinhas", isto é, ao acusar a União Paranaense de Estudantes Secundários de que expedia carteirinhas, inclusive para não estudantes.

Ora, a Secretaria da Educação e Cultura do Rio Grande do Sul vem de baixar a Portaria n.º 32.419, segundo a qual cabe à União Gaúcha de Estudantes de Primeiro e Segundo Graus a expedição das carteirinhas, para identidade estudantil oficial, dentro de rigoroso controle.

Logo, por que não adotar a Secretaria de Educação do Paraná, critério idêntico, e por que não revogar a decisão, facciosa e injusta, do Conselho Estadual de Educação, de 1967?

A prova de que não há "indústria de carteirinhas" está no fato de que a União Paranaense de Estudantes de Primeiro e do Segundo Graus preparou um formulário, destinado à direção das escolas, em quatro vias, para discriminação da relação dos adquirentes das carteirinhas. Tão logo o estabelecimento de ensino em causa verifique a falsa identidade, em que determinado indivíduo se declare aluno seu, ao não sê-lo, caber-lhe-á o direito de comunicação imediata à UPES da irregularidade, para a cassação da carteirinha e para a tomada de providências outras, de caráter penal. Como haverá a fiscalização, pela direção das escolas, na expedição das carteirinhas, deixará de haver a esultua acusação de uma "indústria" na expedição delas.

Quando afirmamos que o Governo Ney Braga está prejudicando a UPES, queremos dizer que a proibição de expedição pela mesma, das carteirinhas de filiados está retirando daquela entidade, concomitantemente, uma fonte de renda, pois, a UPES luta com grandes dificuldades financeiras, por não ser subvencionada, e as carteirinhas, sem o serem de favor, resultam pela cobrança de uma taxa, em um meio lícito de armazenar fundos, para o enfrentamento de forçadas e pesadas despesas de manutenção do órgão.

Em consequência do exposto, com isenção de ânimo, mas vendo a justiça da causa defendida pelos estudantes do primeiro e segundo graus, requeremos que, ouvida a Casa, seja enviado ao Senhor Governador Ney Braga, um expediente no sentido de que intervenha para a revogação do odioso parecer n.º 80, do Conselho Estadual de Educação, publicado no Diário Oficial do Estado, de 06 de junho de 1967, a afim de que a UPES, por ser o legítimo órgão de representação da classe estudantil, possa voltar a expedir as carteirinhas, com validade, como documento de identidade oficial, tal qual sucede no Rio Grande do Sul, para gozo, pelos estudantes, das vantagens de abatimento de preços nos cinemas, nas praças de esportes e onde mais o seja.

Estamos certos de que o Governo atenderá, de imediato, ao apelo, sobretudo pela justiça da causa que ora defendemos."

○ Sr. Lineu Turra — Vossa Excelência permite um aparte? — (Assentimento do orador).

Deputado Edilson Alencar, Vossa Excelência traz a esta Casa um assunto de grande interesse da classe estudantil, principalmente dessa entidade a UPES, que representa legitimamente os estudantes do Paraná. E não é de agora que vem essa luta para

que a UPES tenha a oportunidade de, expedindo as carteiras como um órgão legítimo para credenciar os estudantes, não é de agora que vem lutando por isso.

E por isso mesmo, através desse expediente, terá condições de trazer uma receita que possibilite atender as despesas necessárias dessa Entidade.

Também tivemos oportunidade de sentir o problema que nos foi trazido por estudantes.

Não tivemos a mesma oportunidade que o ilustre Deputado teve, de pormenorizar o assunto em condições de trazer a debate, nesta Casa.

Estamos satisfeitos, no entanto, com a iniciativa de Vossa Excelência, em se posicionando sobre o assunto e reivindicando essa justa situação para a entidade estudantil.

E nessas condições, queria trazer a Vossa Excelência a solidariedade do PMDB, por incumbência da Liderança, a nossa solidariedade e nos parabenizar, também, com o posicionamento oportuno que Vossa Excelência tem hoje nesta Casa.

Muito obrigado.

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Deputado, nós estamos assistindo a esta manifestação solidária aos estudantes, embora querendo nos reservar o direito de fazer apenas uma ressalva.

Vossa Excelência fala nos estudantes da UPES, homens dignos, moços que pretendem olhar pelo Brasil.

Não se lembra Vossa Excelência, não nos lembramos nós dos estudantes lá do interior, dos pobrezinhos que estes sim, têm o amparo do Governador Ney Braga.

Estes sim, por intermédio das escolas, por intermédio da FUNDEPAR, têm sido socorridos e Vossa Excelência também é testemunha.

Agora, pedir para que a UPES forneça as carteiras, seria o mesmo que pedir para que os cambistas fabriquem os seus próprios bilhetes para vender na rua no outro dia.

Então, acho que Vossa Excelência está numa tese mais ou menos certa, mas só está derivando ao acusar o ex-Ministro da Educação, homem voltado ao Paraná, no tempo que nosso companheiro Jayme Canet Júnior era Governador, carregou verbas para o Paraná, enormes em benefício dos escolares.

Mas, em benefício dos escolares pequenos, grandes e médios.

Então, é demagogia. Ele carregou verbas em benefício dos escolares que não votam, dos escolares que não sabem fazer baderna e não sabem brigar.

Sabem apenas ir à escola e serem beneficiados com esse grande esquema que houve e está havendo no Paraná, em benefício do escolar carente, distribuindo cadernos, distribuindo merenda escolar e vacinas em épocas oportunas. É isso que nós temos que ver aqui, Deputado meu amigo e querido Deputado, meu irmão já digo.

Vossa Excelência está discorrendo um assunto sério, mas já que Vossa Excelência está discorrendo um assunto que tange à escolaridade, quero lembrar a Vossa Excelência que na sua região foi distribuída enorme quantidade de materiais escolares, quantidade de bolsas de estudos, quantidade de vacinas, merendas escolares, em benefício dos pequenos que não votam e que não sabem fazer demagogia.

É isto que representa para nós, o Governador Ney Braga.

É um homem que distribui bolsas de estudo para a Oposição, para o PMDB, para o PP, para o PDS, para o PTB, enfim para todos os Deputados, para poderem distribuir, conseqüentemente, para os alunos carentes.

É isto que Vossa Excelência tem que vir à tribuna, Deputado Edilson Alencar, e dizer ao povo também que Ney Braga nos dá uma verba especial para distribuirmos bolsas de estudo,

não para fazer política, para dar substância, dar consistência, aos futuros brasileiros que hão de defender a nossa Pátria.

Aos filhos daqueles homens que têm as mãos calosas para poder erguer o Paraná, para projetá-lo. Porque Vossa Excelência não fala no dinheiro que os Deputados têm a distribuir em benefício de sua terra e de sua gente, carregados por este Governador imparcial, que distribui tanto para nós, Deputados da Situação, como para Vossa Excelência, Deputado da Oposição.

Muito obrigado.

O Sr. Nilton Friedrich — Permite-me um aparte, Deputado?

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa informa ao nobre Deputado que Vossa Excelência tem um minuto para conclusão de seu pronunciamento.

O SR. EDILSON ALENCAR — Concedo trinta segundos para Vossa Excelência.

O Sr. Nilton Friedrich — É incrível o que se ouve nesta Casa. É incrível. Gostaria, inclusive, de solicitar um aparte, deste tanto dinheiro que se recebe para bolsas, que não vejo.

Além do mais, sou contra as bolsas de estudo, porque atrofiam a luta dos estudantes em favor do ensino gratuito e público, porque é uma elite que consegue estudar e consegue um assento na melhor qualificação educacional e cultural, neste País.

E o que se quer neste trabalho contra a UPES, não é nada mais, nada menos, do que tirar a sua autonomia; porque a UPES sempre pôde, nos bons tempos deste País, fazer carteiras de estudantes já que era a única entidade competente e adequada para isto.

Mas eles querem tirar não a carteirinha, tirar a condição financeira de independência, para que a UPES faça o que deva fazer.

Não como recentemente era a UPES, um órgão atrelado ao Governo, cujos Presidentes saíam até de Secretarias de Educação e Cultura de nosso Estado.

É isto que eles querem de volta. Não o estudante livre que debata, que questione, que reivindique, sem estar apelegado a isto que estamos vivendo no País.

Muito obrigado.

O SR. EDILSON ALENCAR -- Agradeço os apartes dos nobres Deputados. Lamentamos o nosso tempo já ter sido esgotado.

Para terminar, Sr. Presidente, gostaria, finalizando, de dizer que a nossa presença a esta tribuna, deveu-se depois de ouvir o clamor dos estudantes deste Estado, vendo as dificuldades sofridas por eles.

Tomamos então a iniciativa de comparecer à tribuna, trazendo à baila este assunto.

Encaminho a esta Casa, um requerimento, que peço às Bancadas que aprovem, para o bem da Justiça.

É um requerimento que solicitamos a revogação do Parecer 80, do Conselho Estadual de Educação deste Estado.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

O SR. GABRIEL MANOEL — (Pela ordem) — Requeiro a Vossa Excelência a chamada nominal para verificação de "quorum".

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa defere e

procederá a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada nominal)

Responderam a chamada nominal, 33 Srs. Deputados. Há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Sobre a mesa, requerimento de autoria dos Srs. Deputados Erondy Silvério e Renato Bernardi, solicitando a inversão da votação da Ordem do Dia, para a sessão de hoje.— **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento acima aprovado:

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 69/80, de autoria do Deputado ERONDY SILVÉRIO, que autoriza o Poder Executivo a decretar feriado estadual o dia 05 (cinco) de julho de 1.980, em homenagem à visita de SS. Santidade o Papa João Paulo II, ao Paraná. (Em regime de urgência.— **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 69/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Fica o Poder Executivo autorizado a decretar feriado estadual o dia 05 de julho de 1.980, em homenagem à visita do Papa JOÃO PAULO II.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 3 de junho de 1980.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

JUSTIFICATIVA:

O dia 05 de julho próximo será inegavelmente uma data histórica para a gente paranaense.

Pois, pela primeira vez, vai acolher o Chefe da Igreja Católica, que tem raízes muito profundas na alma deste laborioso povo.

Seria longo e desnecessário, nesta oportunidade, ressaltar a imensa significação espiritual que tão ilustre visita representa nesta quadra dramática da história da humanidade, marcada sobretudo pelo materialismo.

Mas, não se pode olvidar, no entanto, que além da homenagem que a decretação do feriado traduz, ela proporcionará condições para todos quantos desejarem se associar a esse evento singular, fazê-lo livre dos compromissos que um dia normal lhes impõe.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 42/80, que declara de utilidade pública o Centro Espírita "CAMINHO, VERDADE E VIDA", com sede e foro na Cidade de Araucária.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 42/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o CENTRO ESPÍRITA "CAMINHO, VERDADE E VIDA", com sede e foro na Cidade de Araucária.

Art. 2.º — esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Saia das Comissões, em 17 de junho de 1980.

(aa) GILBERTO CARVALHO, Presidente;

LINEU TURRA, Relator.

EM VOTAÇÃO —

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 41/80 - Veto apostado ao Projeto de Lei n.º 152/79, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem Governamental n.º 128/79), que dá nova redação à Lei n.º 7074, de 02 de janeiro de 1.979, que trata da organização da Procuradoria Geral do Estado, e adota outras providências. Parecer da C.C.J., considerando em condições de ser apreciada pelo Plenário.— Rejeitado o projeto, mantido o veto.

O SR. RENATO BERNARDI — (Pela ordem) — Sr. Presidente, requiero verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa defere.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se. (Pausa).

Os Srs. Deputados que o rejeitam, queiram levantar-se. (Pausa).

11 Srs. Deputados o aprovam;

18 Srs. Deputados o rejeitam.

Rejeitado o projeto, mantido o veto.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Sobre a mesa, expediente firmado pelo Sr. Deputado Renato Bernardi, constante do expediente, indicando os Srs. Deputados Nestor Baptista e Lineu Turra, para comporem a representação do PMDB, na Comissão Especial que avaliará a situação da Ilha do Mel.—Ao Departamento Legislativo, para anotar.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Federmann, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Jorge Canto Nasser, ocorrido em Ponta Grossa.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Federmann, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Aziz Nejen, ocorrido em Ponta Grossa.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Elizino Tolomiotti, ocorrido na Cidade de Santa Izabel d'Oeste.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Expediente firmado pelo Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando licença para viajar ao exterior em missão de caráter cultural, até o dia 20 de agosto próximo, a fim de participar da 20.ª Conferência Internacional de Serviço Social, em Hong-Kong.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de TELEX ao Sr. Deputado Federal Samir Achoa (PMDB-SP), consubstanciado em voto de apoio e congratulações pela apresentação do projeto de lei que disciplina a convocação de escolares para comparecimento às solenidades públicas. **Aprovado.**

O SR. GABRIEL MANOEL — (Pela ordem) — Sr. Presidente, requiero verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se. (Pausa).

Os Srs. Deputados que o rejeitam, queiram levantar-se. (Pausa).

17 Srs. Deputados o aprovam;

nenhum Sr. Deputado o rejeita.

Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 27, sexta-feira, às 10,00 horas, com a Ordem do Dia já anunciada anteriormente.

—

—

—

Levanta-se a sessão.

ATOS DA DIRETORIA GERAL

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

PORTARIA N.º 388/80

conceder ao funcionário PAULO DE SOUZA FILHO, matrícula n.º 441, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo B, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias referentes ao exercício de 1.980, a partir de 14 de maio de 1980.

(Prot. n.º 4000)

PORTARIA N.º 389/80

conceder ao funcionário JOSÉ ALVES GUIMARÃES, matrícula n.º 092, ocupante do cargo de Oficial Legislativo D, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias referentes ao exercício de 1.979, a partir de 19 de maio de 1980.

(Prot. n.º 3948).

PORTARIA N.º 390/80

designar JOSÉ ARY NASSIF, matrícula n.º 272, ocupante do cargo de Auxiliar Técnico Legislativo C, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços no Gabinete da Liderança do Partido Popular (PP).

(Prot. n.º 3918).

PORTARIA N.º 391/80

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de ALMIR SANTOS, matrícula n.º 059, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo B, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias de 1978 e 1979, que deixou de gozar;

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao seu acervo de serviço público, nos termos do Art. 248, da citada Lei n.º 6174, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o terceiro quinquênio, compreendido entre 23 de fevereiro de 1972 e 23 de fevereiro de 1976, antecipado em razão da incorporação referente ao seu segundo quinquênio e das férias de 1972, 1973 e 1974, contadas em dobro; e,

III — conceder o acréscimo de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170, da referida Lei n.º 6174, a partir de 23 de dezembro de 1979, data em que completou vinte (20) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte por cento (20%), antecipado em razão da incorporação referente ao seu terceiro quinquênio (supra) e das férias de 1978 (retro), não se computando as férias de 1979, que só trarão benefícios futuros.

(Prot. n.º 1674).

Gabinete da Diretoria Geral, em 14 de maio de 1980.

LUIZ FERNANDO MARTINS KOSOP
DIRETOR GERAL

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

conceder à funcionária ADEL METRING FRANCA-LACCI ESPÍNOLA, matrícula n.º 109, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo B, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o adicional de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, a partir de 13 de maio de 1980, data em que completou trinta (30) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de cinco por cento (5%), de acordo com o Art. 171, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970.

(prot. n.º 359).

PORTARIA N.º 394/80

I — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de CLÉA CARNEIRO TEIXEIRA, matrícula n.º 261, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 248, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o sexto quinquênio, compreendido entre 13 de dezembro de 1975 e 13 de outubro de 1979, antecipado em razão da incorporação correspondente ao quinto quinquênio e das férias de 1975, 1976, 1977 e 1978, contadas em dobro; e,

II — conceder o adicional de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 171, da citada Lei n.º 6174, a partir de 13 de fevereiro de 1980, data que, em razão da incorporação retro, completou trinta e um (31) anos de serviço público computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de dez por cento (10%).

(prot. n.º 3085).

PORTARIA N.º 395/80

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, combinado com o Art. 1.º, da Lei n.º 7206, de 1.º de outubro de 1979, em favor de PAULO HENRIQUE DE ARRUDA GONÇALVES, matrícula n.º 596, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo C, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de quatorze (14) meses, correspondente ao dobro das férias de 1970, 1971, 1972, 1973, 1976, 1977 e 1978, que deixou de gozar;

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao seu acervo de serviço público, nos termos do Art. 248, da citada Lei n.º 6174, o tempo de um (01) ano, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o primeiro decênio, compreendido entre 02 de abril de 1968 e 02 de junho de 1977, antecipado em razão das férias de 1970, 1971, 1972, 1973 e 1976 (supra), contadas

em dobro; e,

III — conceder o acréscimo de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170, da referida Lei n.º 6174, a partir de 02 de junho de 1977, data em que completou dez (10) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de dez por cento, (10%), não se computando neste cálculo a incor-

poração referente ao seu primeiro decênio e das férias de 1977 e 1978, que só trarão benefícios futuros.

prot. n.º 213)

Gabinete da Diretoria Geral, em 19 de maio de 1980.

LUIZ FERNANDO MARTINS KOSOP
DIRETOR GERAL